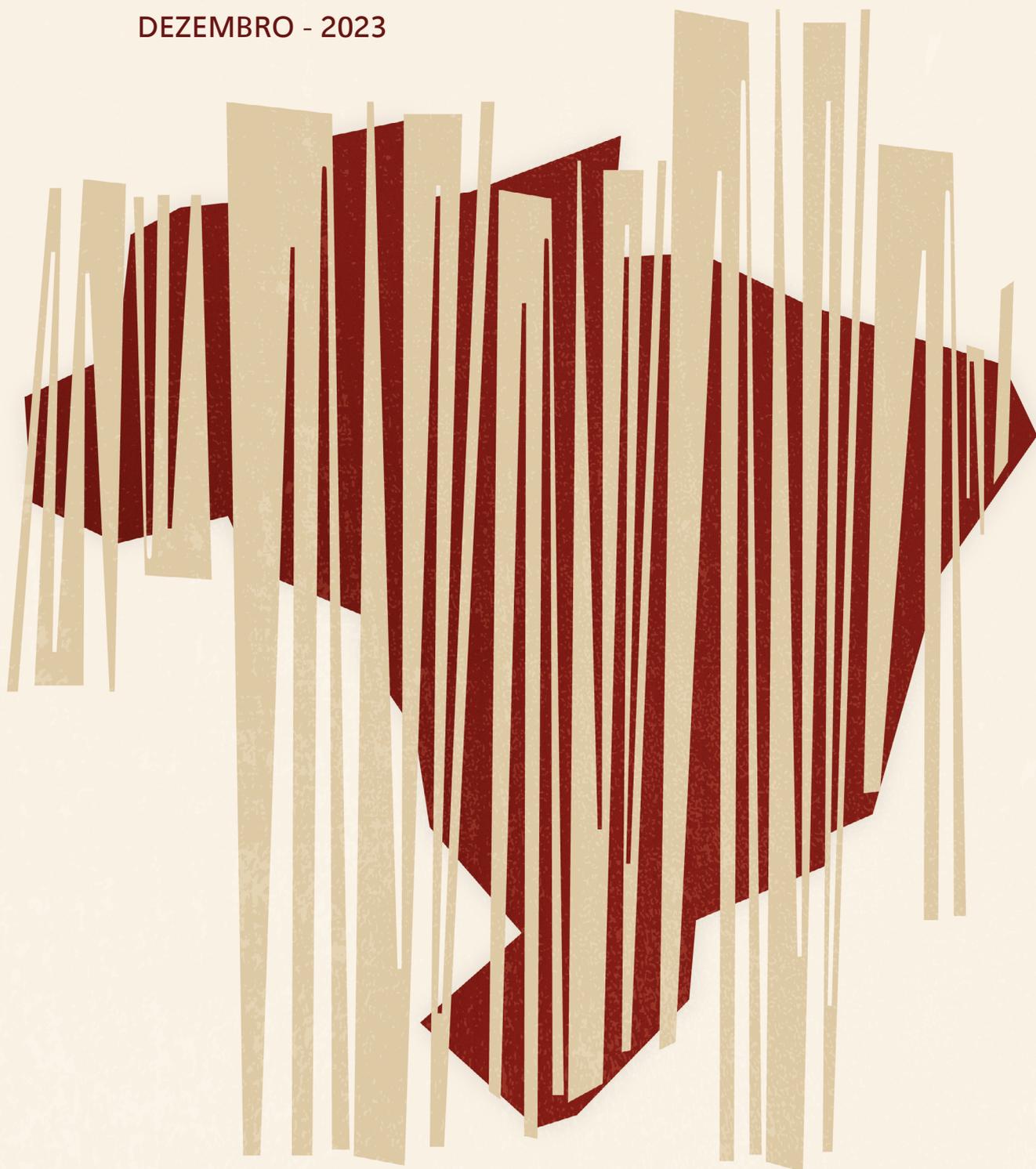


RELATÓRIO ANUAL

CONFLITOS DA MINERAÇÃO NO BRASIL 2022

DEZEMBRO - 2023



COMITÊ NACIONAL EM
DEFESA DOS TERRITÓRIOS
FRENTE À MINERAÇÃO



Observatório dos
Conflitos da Mineração
no Brasil

RELATÓRIO ANUAL

CONFLITOS DA MINERAÇÃO NO BRASIL 2022

DEZEMBRO - 2023

EXPEDIENTE

Conflitos da Mineração no Brasil 2022: Relatório Anual, publicação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, no âmbito do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil.

Brasil, dezembro de 2023

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO

Secretaria Operativa:

INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
JnT	Rede Justiça nos Trilhos
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
PoEMAS	Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade
IyM	Red Iglesias y Minería

Comunicação: Kátia Visentainer

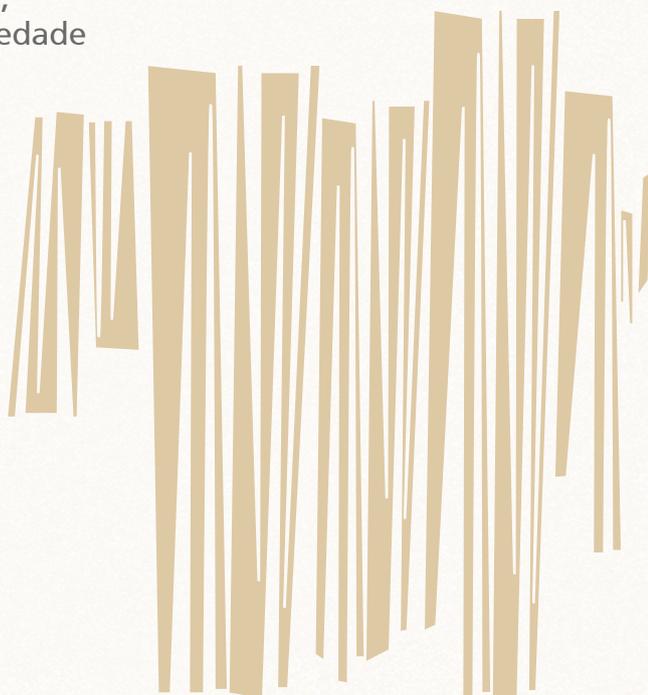
Projeto gráfico e diagramação: Mayra Souza

 <http://emdefesadosterritorios.org/>

 [@Comitemineracao](https://twitter.com/Comitemineracao)

 [@em_defesa_dos_territorios](https://www.instagram.com/em_defesa_dos_territorios)

 [@emdefesadosterritorios](https://www.facebook.com/emdefesadosterritorios)



SUMÁRIO

4 Destaques dos Conflitos da Mineração 2022

6 Sobre o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração

6 Sobre a criação do Mapa dos Conflitos da Mineração

7 Principais Resultados do Monitoramento 2022

7 Dados Gerais e Distribuição Espacial dos Conflitos

14 Violadores, Empresas Causadoras e Extração Ilegal

19 Grupos Atingidos e Reações

21 Conflitos com indígenas

24 Conflitos com quilombolas

26 Outros grupos sociais do campo

28 Conflitos urbanos

28 Conflitos envolvendo o Estado

30 Referências

DESTAQUE DOS CONFLITOS DA MINERAÇÃO 2022

O Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração relança o Mapa dos Conflitos da Mineração no Brasil para monitorar as violações cometidas pelo setor com dados de 2020 a 2022 — site: www.conflitosdamineracao.org.

Em 2022, foram contabilizadas 792 localidades e 932 ocorrências de conflito, envolvendo ao menos 688.573 pessoas.

Em 2022, houve um aumento de 22,9% das localidades envolvidas em conflitos em comparação a 2021 (644 localidades) e 5,6% em comparação com 2020 (750 localidades).

Dos 27 estados com registros, os que mais concentraram localidades em conflito foram Minas Gerais (37,5%), Pará (12%) e Amazonas (7,4%). Em número de pessoas atingidas, por estado, Minas Gerais aparece concentrando 51,8% do número total de pessoas atingidas, em seguida vêm Pará (13,9%) e Alagoas (10,1%).

O bioma com o maior número de registros de conflito foi a Mata Atlântica, com 45,9%, seguida da Amazônia (30,8%), da Caatinga (11,8%) e do Cerrado (10%).

Dos 853 municípios de Minas Gerais, foram mapeados conflitos em 95 (11,1%), sendo Brumadinho onde mais se concentraram conflitos, com 21 situações, totalizando 30 ocorrências, majoritariamente por conta do processo de reparação do desastre da barragem da Vale, ocorrido em 2019.

Dentre as mineradoras estrangeiras, as australianas são as primeiras em número de violações, seguidas pelas canadenses e pelas inglesas. Dentre as maiores violadoras estão a BHP Billiton (australiana dona da Samarco com a Vale), com 72 ocorrências, a inglesa Brazil Iron (17 ocorrências), a sul-africana AngloGold Ashanti (16), a canadense Belo Sun Mining Ltda. (14), Bahia Mineração (Bamin) de Luxemburgo (10), a canadense Equinox Gold (10) e a francesa Vallourec (10).

Os conflitos¹ envolvendo disputas por “terra” e por “água” foram os que mais se destacaram, com 590 e 284 ocorrências, respectivamente.

Foram mapeadas 124 empresas envolvidas em conflitos em 481 localidades. Entre as empresas, a Vale S. A. é a que mais concentra conflitos (23,9%) (115 ocorrências), e acrescentando sua subsidiária Samarco-Vale-BHP (responsável por 60 ocorrências), a Vale S. A. chega ao percentual de 36,4% das ocorrências em 2022.

As extrações ilegais de minérios, em particular os garimpos, provocaram 270 ocorrências em 235 localidades em 22 estados, representando 29,1% das ocorrências de 2022. Os estados que se destacaram foram, Pará (20,2%), Amazonas (19,9%), Minas Gerais (12,9%), Mato Grosso (12,5%) e Roraima (7,4%). Além disso, os “indígenas” foram o primeiro grupo social mais violado por essa atividade, representando 31,9% das ocorrências ligadas a extração ilegal.

Ocorrências de violências extremas foram: “morte” (45 ocorrências); “trabalho escravo” (19 ocorrências); “assédio” (10 ocorrências); “ameaça” (7 ocorrências); “ameaça de morte” (5 ocorrências); “violência física” (5 ocorrências); e “trabalho infantil” (2 ocorrências).

As categorias sociais que mais foram atingidas pela mineração foram: “indígenas” (15,1%), “trabalhadores” (12,1%); “população urbana” (9,7%) e “pequenos proprietários rurais” (8,3%).

Foram mapeadas 132 reações diretas às violações, concentradas em Minas Gerais (61), no Pará (19) e no Espírito Santo (9). Belo Horizonte congregou 15 ocorrências relacionadas à reação, seguida por Brumadinho, com 11. As principais categorias que mais reagiram com ações de resistência foram a “população urbana” e os “trabalhadores” (18 ocorrências), a “sociedade civil” (17 ocorrências), e os “indígenas” (16 ocorrências).

Ao menos 155.983 indígenas estavam envolvidos em 141 ocorrências de conflitos, sendo 55% deles com “garimpeiros”, 25,7% com alguma “mineradora internacional”, com destaque para a Belo Sun Mining Ltda. e a Potássio do Brasil.

Os quilombolas sofreram em 35 conflitos e 40 ocorrências, englobando ao menos 49.268 pessoas. As principais empresas envolvidas nos conflitos são Brazil Iron (25%), Hydro (15%) e Samarco-Vale-BHP (12,5%).

As ocorrências envolvendo populações tradicionais somam 268, abrangendo ao menos 236.447 pessoas: “indígenas” (155.983), “quilombolas” (49.268), “ribeirinhos” (15.879), “pescadores” (6.498), “extrativistas” (4.241), “posseiros” (3.091), “geraizeiros” (582) e “camponeses de fundo de pasto” (904).

¹Alguns nomes estão entre aspas apenas porque vão marcados como indicadores de pesquisa; destaque-se que não houve qualquer mudança nos sentidos originais dessas palavras.

Sobre o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração

O Comitê é uma articulação da sociedade civil formada por mais de 100 organizações não governamentais, movimentos sociais, igrejas e pesquisadores, em atividade desde 2013. É uma das principais iniciativas nacionais que se organiza politicamente em defesa dos atingidos pela mineração e seus territórios; atua na formação, na mobilização, na articulação política, na produção de materiais e na comunicação sobre a política mineral brasileira.

Sobre o Mapa dos Conflitos da Mineração

O Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, no âmbito do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, tem o **Mapa dos Conflitos** como uma de suas iniciativas de **denúncia do modelo mineral brasileiro**, sobretudo no contexto atual de desregulamentação das políticas ambientais, de proposta de abertura de novas áreas para mineração e de incentivo ao garimpo de forma institucionalizada. As consequências são a aceleração do problema mineral e a fragilidade da fiscalização e do licenciamento ambiental, gerando conflitos e desastres, como os do rio Paraopeba (Vale), do rio Doce (Samarco-Vale-BHP) e da cidade de Maceió (Braskem), que ganharam visibilidade frente aos danos produzidos e às resistências encontradas.

O Mapa dos Conflitos tem o **objetivo de visibilizar, sistematizar e monitorar as violações** cometidas, sistematicamente, pelo setor mineral brasileiro nos **meios urbano e rural**. O mapeamento incluiu empresas mineradoras e de transformação mineral (nacionais e internacionais), assim como garimpos.

No âmbito do monitoramento, o Observatório organiza um **banco de dados, atualizado anualmente**, a partir do levantamento sistemático de **dados secundários** em fontes como registros de jornais de circulação nacional e regional, portais de notícias, redes sociais, mídia independente e materiais de denúncias dos movimentos sociais, somadas às ocorrências tabuladas anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) para os conflitos da mineração no campo e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)².

O Observatório é uma ferramenta que produz informações que permitirão monitorar e analisar, ao longo do tempo, no médio e em longo prazo, a variação temporal dos conflitos e do comportamento das diferentes empresas, articulando-a com fatores políticos e econômicos nacionais e globais que influenciam a política mineral. O mapeamento permitirá ainda identificar a distribuição espacial dos conflitos e as diferentes disputas pela apropriação da natureza, assim como os efeitos sobre as comunidades atingidas.

²O Observatório está migrando para uma nova plataforma em 2023; é possível, por isso, que se observe uma pequena disparidade entre alguns dados aqui e lá apresentados. Contudo, os números gerais estão corretos e não comprometem a análise nem este relatório.

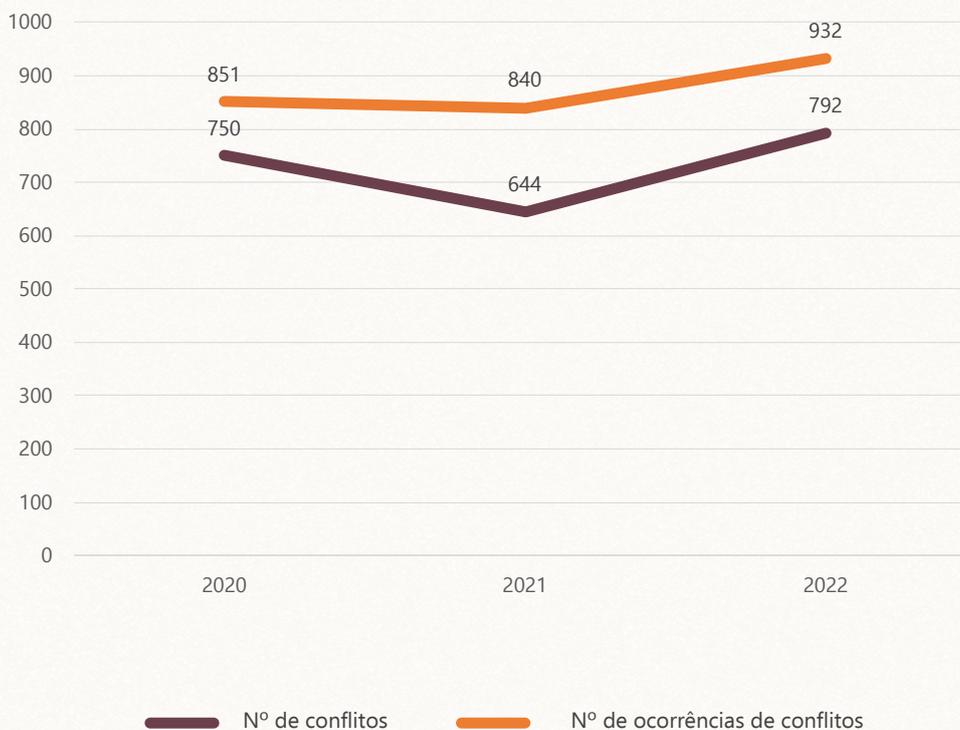
Principais Resultados do monitoramento 2022:

Destacamos, nas próximas páginas, os principais resultados obtidos a partir do monitoramento dos conflitos envolvendo o setor da mineração no Brasil em 2022. Os dados brutos se encontram disponíveis na plataforma do site www.conflitosdamineracao.org, onde as localidades envolvidas podem ser visualizadas individualmente no *Mapa dos Conflitos da Mineração*.

Dados gerais e distribuição espacial dos conflitos

A partir do mapeamento dos conflitos no ano de 2022 foram classificados **792 casos** dispersos pela quase totalidade dos estados brasileiros, contabilizando **932 ocorrências de conflito** e o envolvimento de, ao menos, **688.573 pessoas**. Em outras palavras, **no Brasil, em 2022, houve pelo menos 2,5 ocorrências de conflitos com mineração por dia**. A seguir é possível observar a evolução do número de conflitos e as ocorrências de conflito mapeadas pelo Observatório desde sua criação, em 2020 (Gráfico 1). Verifica-se uma pequena retração nos conflitos e em suas respectivas ocorrências no ano de 2021, mas a sua ampliação em 2022, superando os valores do primeiro ano de mapeamento.

Gráfico 1: Número de conflitos e ocorrências de conflitos de 2020 a 2022



Desde 2020, o Observatório já identificou 1.723 localidades em conflito, com 39,2% dos casos concentrados em Minas Gerais e 12,1% no Pará. 38,2% dos casos correspondem a conflitos com “mineradora internacional”, seguido de outras “mineradora” (27,4%) e garimpeiro” (20,1%). A extração ilegal, correspondente à soma de “garimpeiro” e “mineradora ilegal”, representa 27,9% das ocorrências em localidades em conflito nos últimos três anos. Enquanto, as categorias sociais de “atingidos” e mais afetados, desde 2020, são “trabalhadores” (11,7%), “indígenas” (10,9%) e “pequenos proprietários rurais” (10,9%).

Diferente dos anos de 2020 e 2021, em 2022 todos os 26 estados mais o Distrito Federal foram cadastrados com ocorrências de conflitos. A ausência de algum estado nos anos anteriores não significou a não existência de conflitos referentes à mineração nesses estados, mas somente indicavam, caso existissem, que não foi possível mapeá-los com os dados secundários públicos durante os anos de 2020 e 2021.

Em 2022, os estados que mais concentraram localidades em conflito foram Minas Gerais, Pará e Amazonas, com a Bahia em quarto lugar (Gráfico 2). Em 2022, Minas Gerais correspondeu a 38,3% das ocorrências de conflito, seguido por Pará (12,3%) e Amazonas (7,2%). Em 2020 e 2021, Minas Gerais, Pará e Bahia ficaram na primeira posição, sendo novidade, em 2022, a presença do estado do Amazonas entre as três primeiras posições (Gráfico 3, adiante), anotação devida principalmente ao aumento de ocorrências envolvendo comunidades indígenas, ribeirinhas e extrativistas, além de uma quantidade maior de operações de repressão ao garimpo por parte do Estado (nas esferas federal e estadual).

Gráfico 2: Os estados com o maior número de ocorrências em 2022

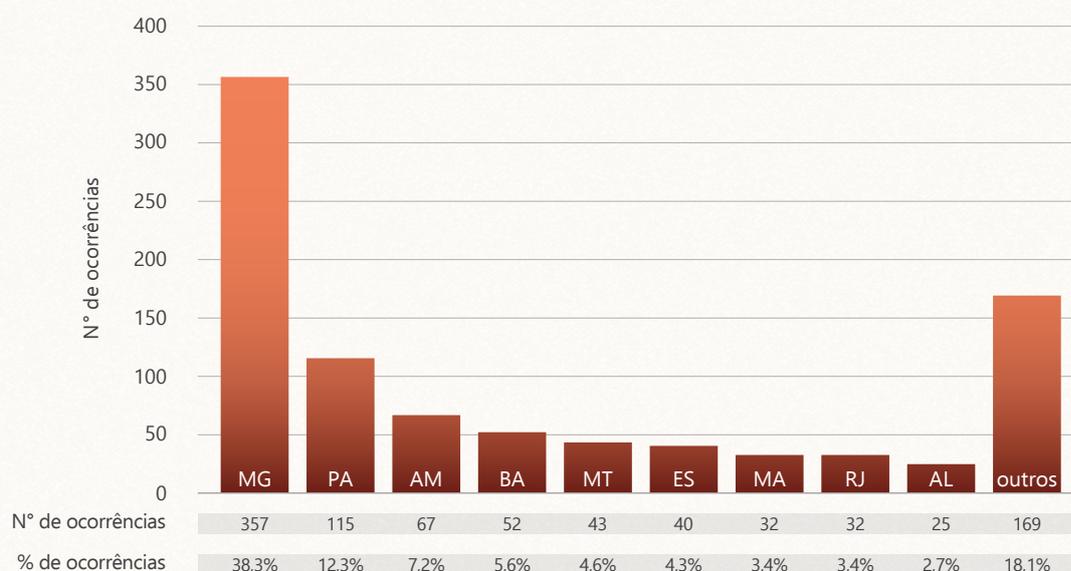
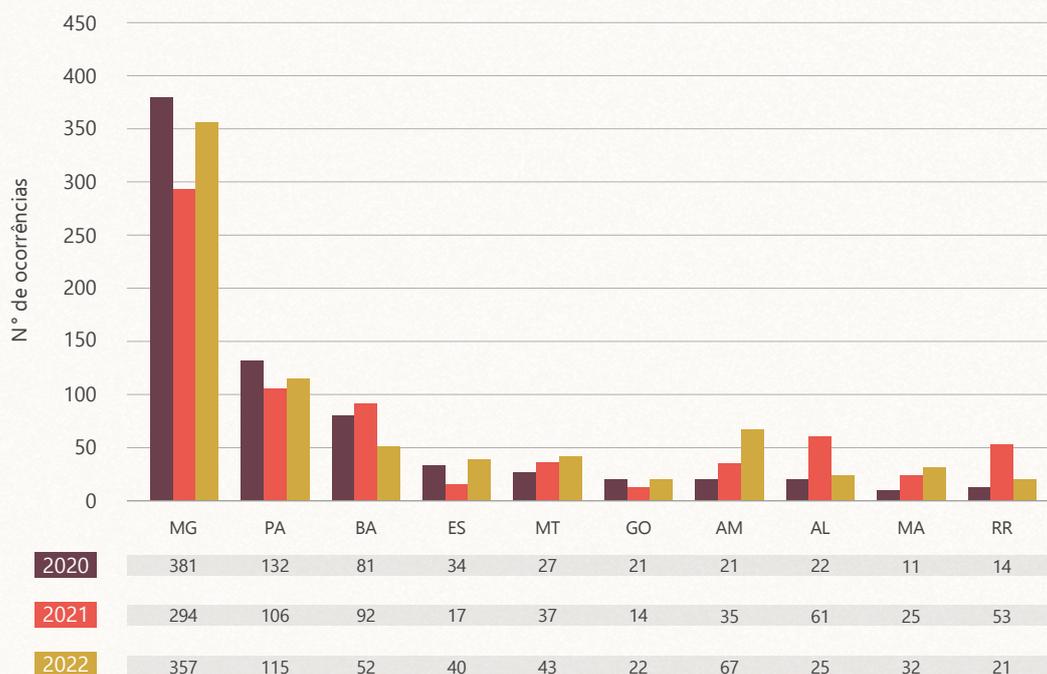


Gráfico 3: Os estados com o maior número de ocorrências em 2020, 2021 e 2022



Dos 853 municípios de Minas Gerais, foram mapeados conflitos em 95 deles em 2022, correspondendo a 11,1% dos municípios, significando um aumento de 9,1% das ocorrências em relação a 2021 e uma diminuição de 19,4% em relação a 2020.

No que se refere à relação entre o número de pessoas atingidas e os estados, Minas Gerais aparece em primeiro lugar, concentrando 51,9% do número total de pessoas atingidas. Em segundo lugar, encontra-se o Pará, com 13,9%, seguido de Alagoas (10,1%) e do Amazonas (8%)³.

Em todo o país, **Brumadinho, pela terceira vez consecutiva, foi o município que mais concentrou conflitos em 2022**, mesma marca dos anos anteriores, agora com 21 situações de conflito, totalizando 30 ocorrências, concentradas, majoritariamente, na empresa Vale S. A. e no processo de reparação após o rompimento da barragem B1 da empresa, em 25 de janeiro de 2019. Ao que se refere ao número de ocorrências de conflito, Belo Horizonte aparece à frente de Brumadinho, com 35 ocorrências, evidenciando a resistência ao projeto de mineração na Serra do Curral, empreendimento da Taquaril Mineração S. A. (Tamisa) (Gráfico 4). O tipo de violência que mais se destacou em Brumadinho foi a “omissão”, e o tipo de conflito mais recorrente foi pela “terra” (22 ocorrências), seguido de perto por conflitos pela “água” (17 ocorrências).

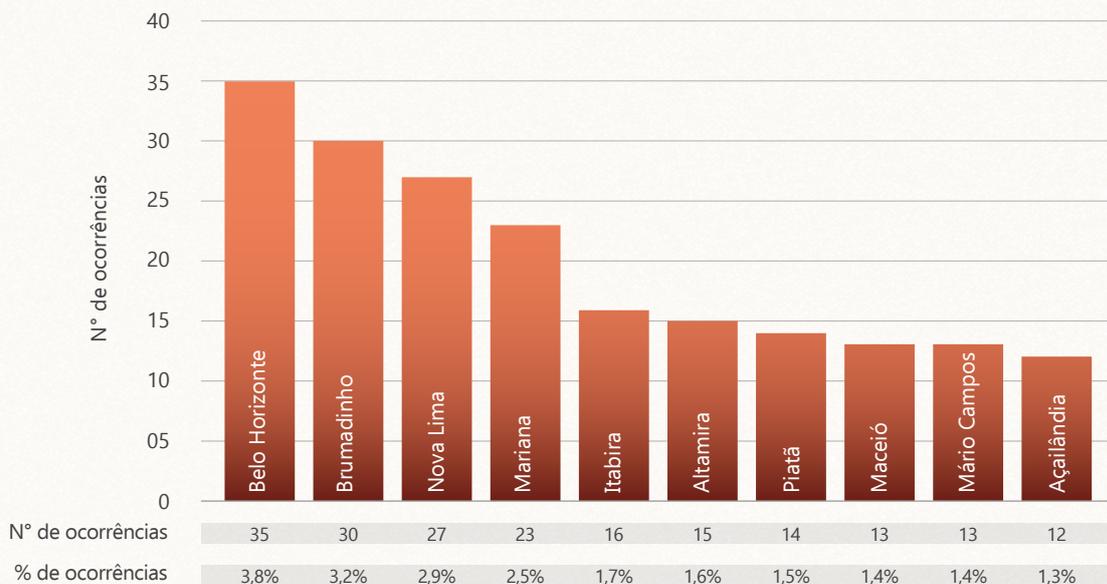
O número de manifestações públicas mapeadas em Brumadinho, seja através de protestos ou carta pública, foi de 12 durante o ano de 2022. Esse valor indica que

³ Pontuamos que os valores referentes ao número de pessoas são retirados das reportagens acessadas e da base de dados do CIMI e da CPT. Não obstante, destacamos que os números apresentados ao longo do relatório são subnotificados, pois essas informações não estão sempre disponíveis. Incluímos a informação como uma forma de mapeamento, mas entendendo suas limitações.

ao menos um protesto por mês ocorreu no município, foram 9 envolvendo a empresa Vale S. A., um caso envolvendo a TÜV Süd⁴ (empresa de consultoria alemã, responsável por atestar a estabilidade da Barragem do Córrego do Feijão)⁵ e 2 casos relacionados à empresa Vallourec (francesa).

As manifestações em relação à Vallourec dizem respeito à inclusão da área de uma escola municipal da comunidade Piedade do Paraopeba na zona de “autossalvamento” da barragem Santa Bárbara – integrante do complexo da Mina Pau Branco, de propriedade dessa mineradora. Isso aconteceu após a Defesa Civil recalcular a área que seria inundada caso ocorresse rompimento da barragem na região. Por medo, crianças passaram a não frequentar mais a escola. De acordo com uma responsável por um aluno da escola: “Eles falaram que o laudo da barragem está estável, que o risco é zero, mas a gente não acredita nisso mais. Mariana não tinha risco e rompeu, Brumadinho não tinha risco e rompeu, o Dique aqui da BR 040 foi a mesma coisa. Não tenho coragem de mandar meu filho para cá e acontecer alguma coisa. Eu vou dormir com culpa. Não quero isso para mim nem para pai nenhum” (Alunos deixam de..., 2 jan. 2022).

Gráfico 4: Os dez municípios com o maior número de ocorrências em 2022



⁴ A TÜV Süd apareceu no mapeamento de 2021, pois em 24 de janeiro do mesmo ano, uma ação contra a empresa foi aberta na Alemanha por 183 trabalhadores sobreviventes e familiares de vítimas que exigem um total de mais de 12 milhões de euros (cerca de R\$ 63 milhões) em reparação. O caso aparece em 2022 como a continuação da ação judicial, com a participação de atingidos na audiência do julgamento da TÜV Süd em Munique, na Alemanha.

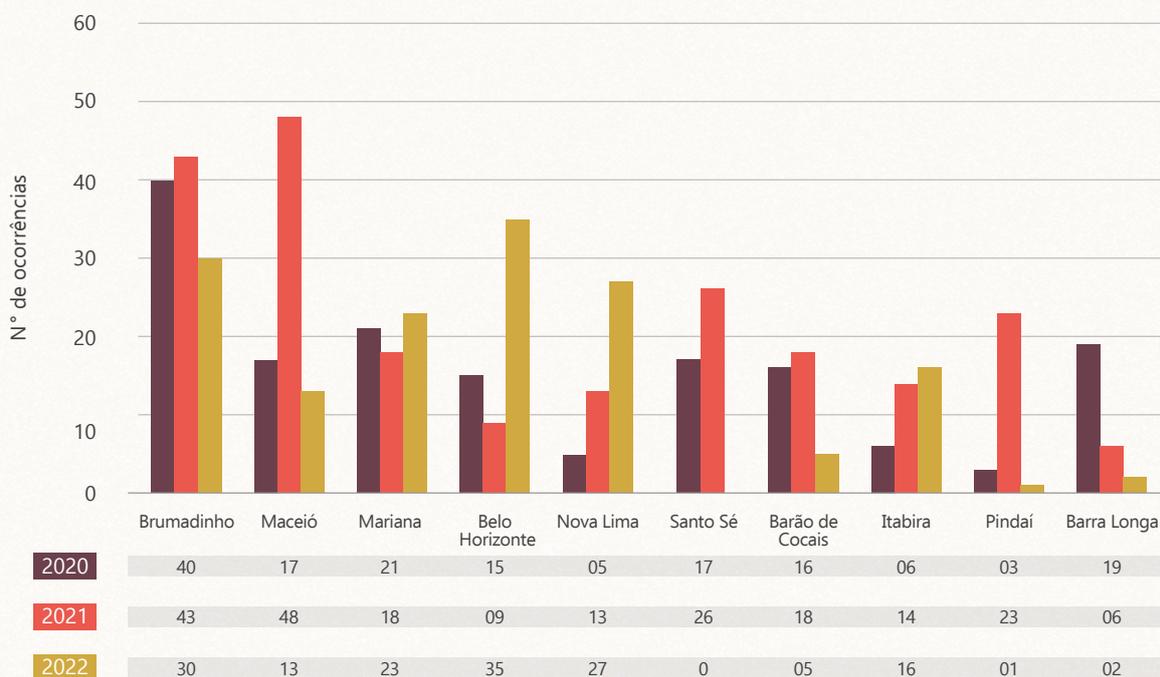
⁵ Quatro meses antes da tragédia, a TÜV Süd havia atestado a estabilidade da barragem da Vale. A TÜV Süd é acusada de negligência por atestar a segurança de uma estrutura que se rompeu.

A partir do gráfico 4, nota-se que dos 10 municípios com o maior número de ocorrências, em 2022, seis são de Minas Gerais. Comparando com os dez municípios com maior número de ocorrências dos anos anteriores, nota-se o protagonismo das cidades que sofreram os maiores desastres nos últimos anos, como Brumadinho (MG), Maceió (AL) e Mariana (MG). Como já mencionado, o caso de Brumadinho refere-se ao rompimento da barragem B1 da Vale S. A. em 25 de janeiro de 2019. Já Maceió diz respeito ao contínuo processo de afundamento do solo provocado pela Braskem; e Mariana se refere ao rompimento da barragem de Fundão, da Samarco-Vale-BHP, em 5 de novembro de 2015. Os três municípios apareceram entre os dez primeiros com maiores ocorrências nos três anos consecutivos (Gráfico 5).

Vale destacar também os casos de Barão de Cocais e Barra Longa, onde diversas comunidades continuam sofrendo com impactos dos desastres da Vale S. A. e da Samarco-Vale-BHP, respectivamente. Além dos danos causados pelo desastre em si, a omissão de ambas as empresas na resolução dos impactos da mineração tem sido a causa de sofrimento e de manifestações dessas populações (Kubitschek, 1º fev. 2022). Em Barão de Cocais, a equipe técnica do Ministério Público produziu um relatório com a situação da população atingida pelo processo de evacuação por causa do risco de rompimento da barragem Sul Superior. “A pesquisa ouviu 783 pessoas, que relataram prejuízos socioeconômicos, danos à saúde, falta de acesso à informação e de participação no processo adotado pela mineradora Vale. De acordo com o relatório, 120 entrevistados afirmaram que a Vale negou totalmente as solicitações de indenização. Das 155 pessoas que fecharam acordo com a mineradora, 81,5% relataram que a indenização não cobriu todos os danos sofridos pelo núcleo familiar e apenas 4% disseram estar satisfeitas”. Os dados ainda mostram que 96% dos núcleos familiares atingidos pelo problema relataram pelo menos um sintoma relacionado ao adoecimento mental (Sampaio, 22 mar. 2022).

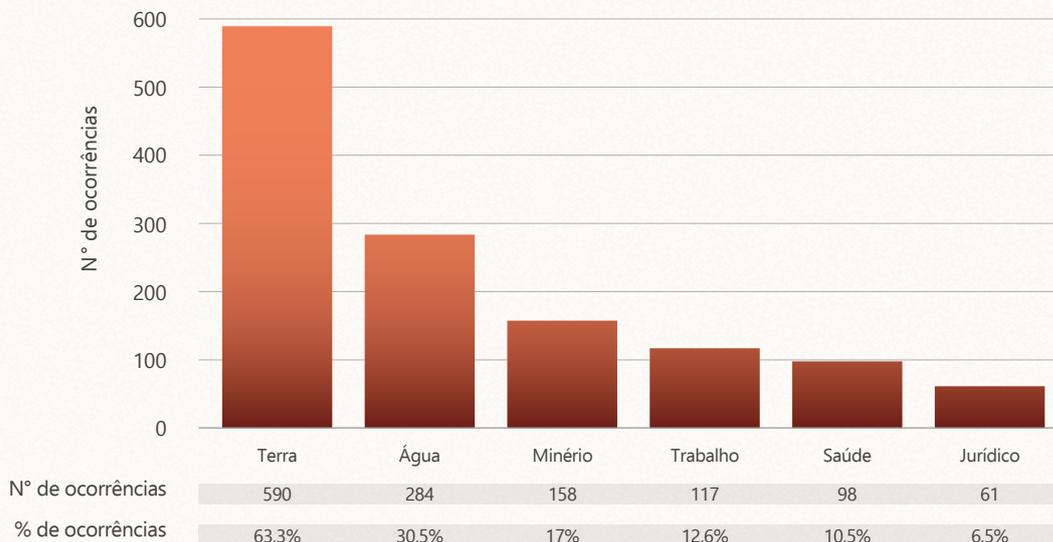
A denominada “lama invisível” tem afetado diversas comunidades e grupos sociais em Minas Gerais, que vivem a incerteza sobre um possível rompimento de barragem e sobre a remoção de suas casas frente à instabilidade das barragens ou sobre ambos. Os desdobramentos dos desastres têm evidenciado um padrão de novas e diferentes violações de direitos sobre as comunidades ameaçadas por essas estruturas.

Gráfico 5: Os dez municípios com o maior número de ocorrências em 2020, 2021 e 2022



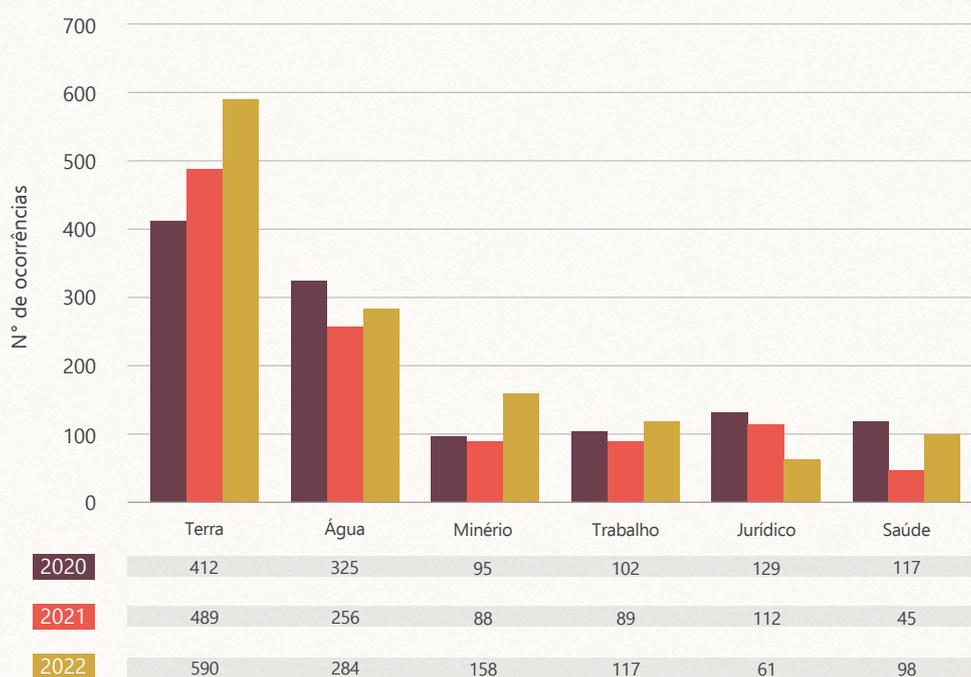
Como nos anos anteriores, no âmbito geral, **os conflitos envolvendo disputas por “terra” e por “água” foram os que mais se destacaram**, com 590 e 284 ocorrências de conflito, respectivamente em 2022. Ambos corresponderam a 63,3% e 30,5% das categorias de conflito. “Minério” ocupou a terceira posição, com 17%, seguido por “trabalho” (12,6%), “saúde” (10,5%) e “jurídico” (6,5%) (Gráfico 6).

Gráfico 6: Tipo de conflito em 2022



Em comparação com os três últimos anos, os conflitos envolvendo “terra” obtiveram um crescimento de 43,2% e os conflitos envolvendo “água” uma retração de 12,6%. “Minério” foi o que apresentou o maior crescimento entre os anos, aumentando 66,3%. Isso se deve a diferentes operações de repressão ao garimpo e à mineração ilegal, todas envolvendo o Estado. “Trabalho” apresentou um crescimento de 14,7%, enquanto “jurídico” e “saúde”⁶ apresentaram uma retração de 52,7% e 16,2%, respectivamente.

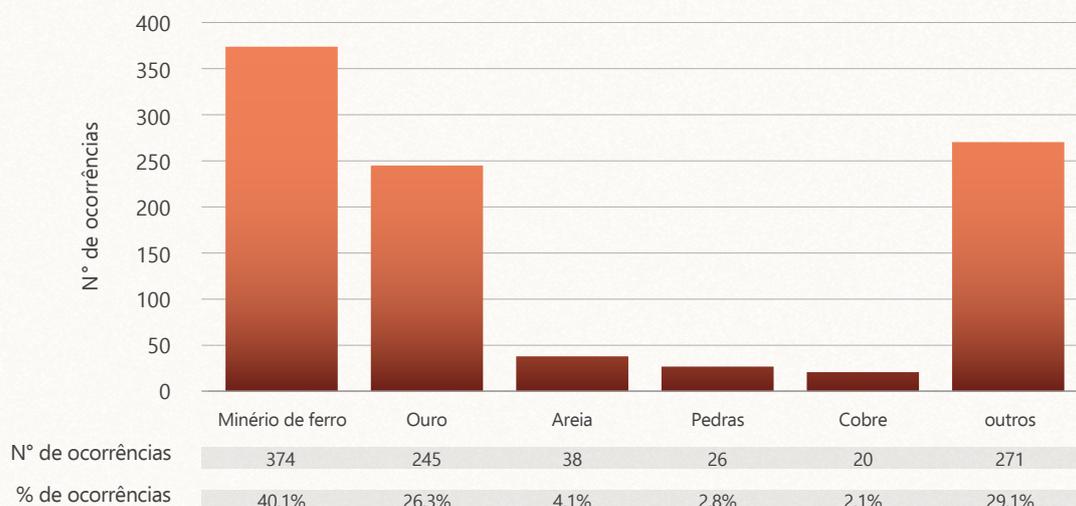
Gráfico 7: Tipo de conflito em 2020, 2021 e 2022



⁶ De 2021 a 2022, o indicador “saúde” teve um crescimento de 117,7%.

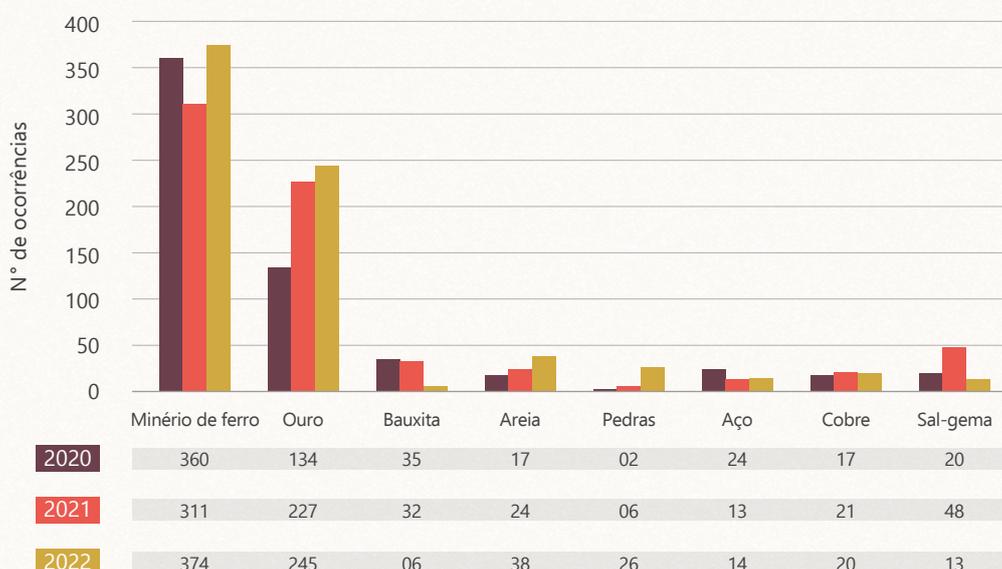
Os minérios mais presentes nos conflitos em 2022 foram de ferro (40,1% das ocorrências) e ouro (26,3% das ocorrências) (Gráfico 8).

Gráfico 8: Minérios com maior presença nos conflitos em 2022⁷



De forma similar, nos anos anteriores, minério de ferro e ouro ocuparam a primeira posição com grande protagonismo frente a outros minerais (Gráfico 9). Desde 2020, as ocorrências de conflito envolvendo ouro aumentaram 82,8%. Esses aumentos indicam a pressão sobre os territórios indígenas, especialmente as T. I. Yanomami (RR) e Munduruku (PA), com a expansão do garimpo ilegal. Com o minério de ferro se nota uma retração de 13,6% entre 2020 e 2021 e um aumento de 20,2% de 2021 e 2022, enquanto de 2020 a 2022 temos um aumento de 3,8% das ocorrências de conflito. Majoritariamente, os conflitos com minério de ferro incluem as empresas Vale S. A. e Samarco-Vale-BHP, além da Taquaril Mineração S. A., da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Bahia Mineração (Bamin), da Tombador Iron Mineração, da Anglo American e da Sul Americana de Metais (SAM).

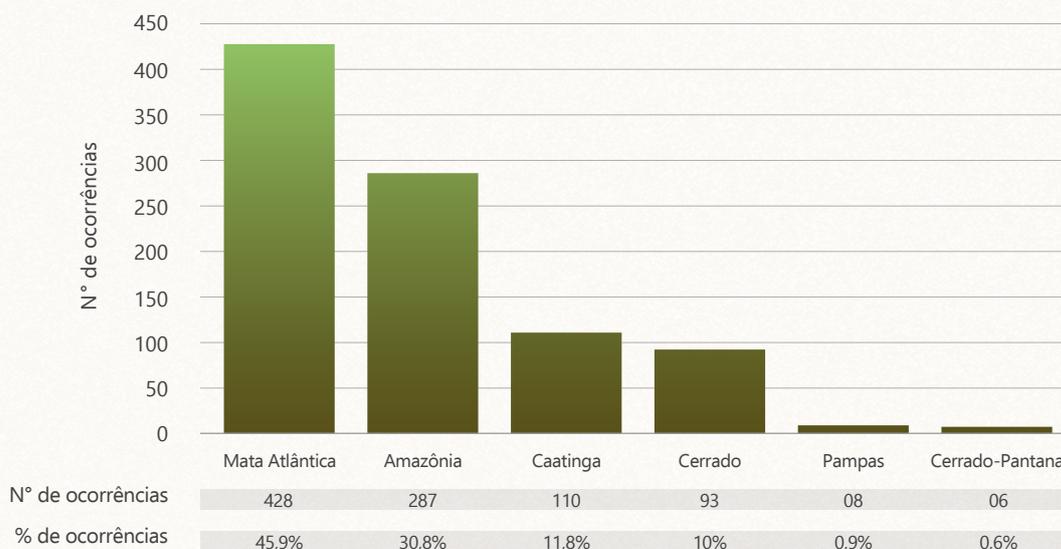
Gráfico 9: Minérios com maior presença nos conflitos em 2020, 2021 e 2022



⁷A categoria "outros" inclui 55 minérios e casos em que não foi possível identificar.

Já o bioma com o maior número de registros foi a Mata Atlântica, com 45,9%, seguido da Amazônia (30,8%), da Caatinga (11,8%) e do Cerrado (10%) (Gráfico 10).

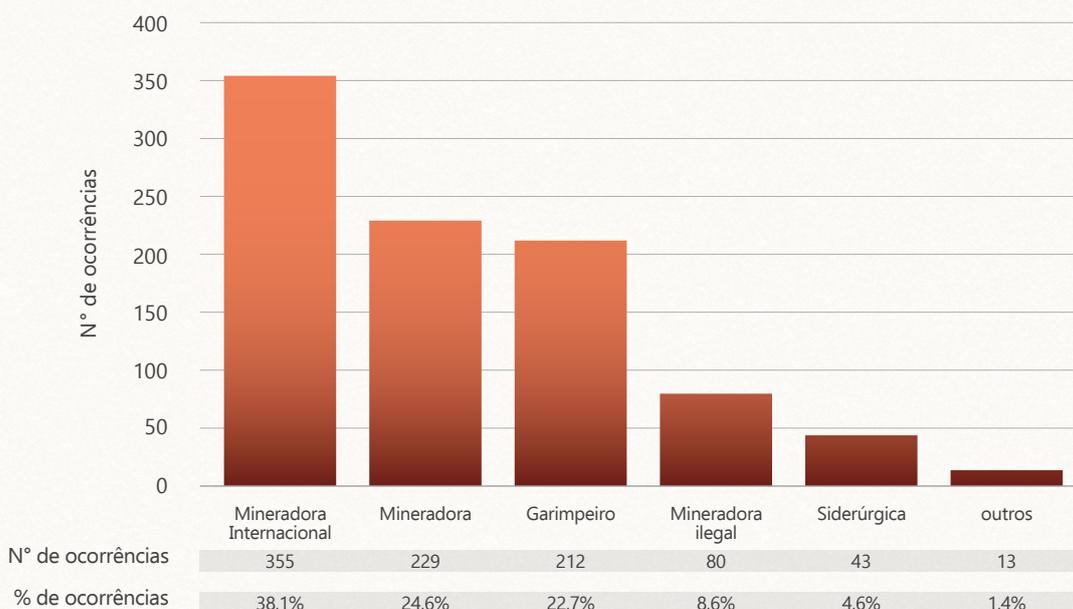
Gráfico 10: Biomas com maior número de registros em 2022



Violadores, empresas causadoras e extração ilegal

No que diz respeito à categoria “Violadores – quem causou a ação”, no total das 932 ocorrências de conflito, “mineradora internacional”⁸ ocupa a primeira posição da categoria, com 38,1%, seguida por “mineradora” (24,6%) e “garimpeiro” (22,7%) (Gráfico 11). “Extração ilegal”, composta da soma das categorias “garimpeiro” e “mineradora ilegal”, corresponde a 31,3% das ocorrências. A primeira posição referente à nacionalidade das empresas internacionais ficou com a Austrália (esse é o país sede da BHP Billiton, que junto com a Vale formam a *joint venture* Samarco, empresa que está em 4º lugar na lista das empresas violadoras). Logo em seguida, encontram-se Canadá e Inglaterra.

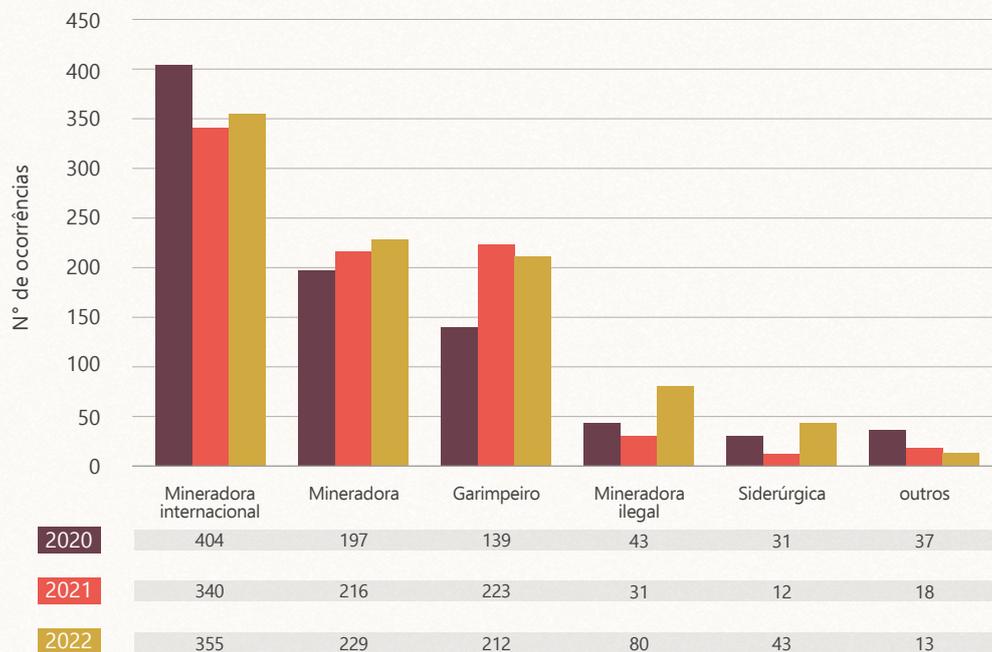
Gráfico 11: Principais tipos de violadores em 2022



⁸ Na base de dados do Observatório, a empresa Vale S. A. é classificada como “mineradora internacional” porque a consideramos uma empresa transnacional com sede no Brasil, tendo suas ações negociadas em diferentes mercados ao redor do mundo. Além disso, sua composição acionária expressa uma empresa internacionalizada, em que mais da metade de seus acionistas relevantes são estrangeiros.

Nos três anos consecutivos, “mineradora internacional” ocupou a primeira posição na categoria “violadores – quem causou a ação”. Em 2021, “garimpeiro” passou à segunda posição, no lugar de “mineradora”. Isso está relacionado, particularmente, ao aumento relativo de ocorrências envolvendo garimpeiros e indígenas nos estados do Amazonas e de Roraima. Por exemplo, se em 2020 o número de total de ocorrências registradas, em Roraima, envolvendo garimpeiros e indígenas foi de 13, em 2021 esse número chegou a 52, representando um aumento de 400%. Dessas 52 ocorrências, aproximadamente 70% estavam relacionadas a conflitos na T. I. Yanomami. Deste modo, os dados de 2020, 2021 e 2022 indicam que as maiores categorias de violadores no setor mineral são “mineradora internacional”, “mineradora” e “garimpeiro” (Gráfico 12).

Gráfico 12: Principais tipos de violadores em 2020, 2021 e 2022



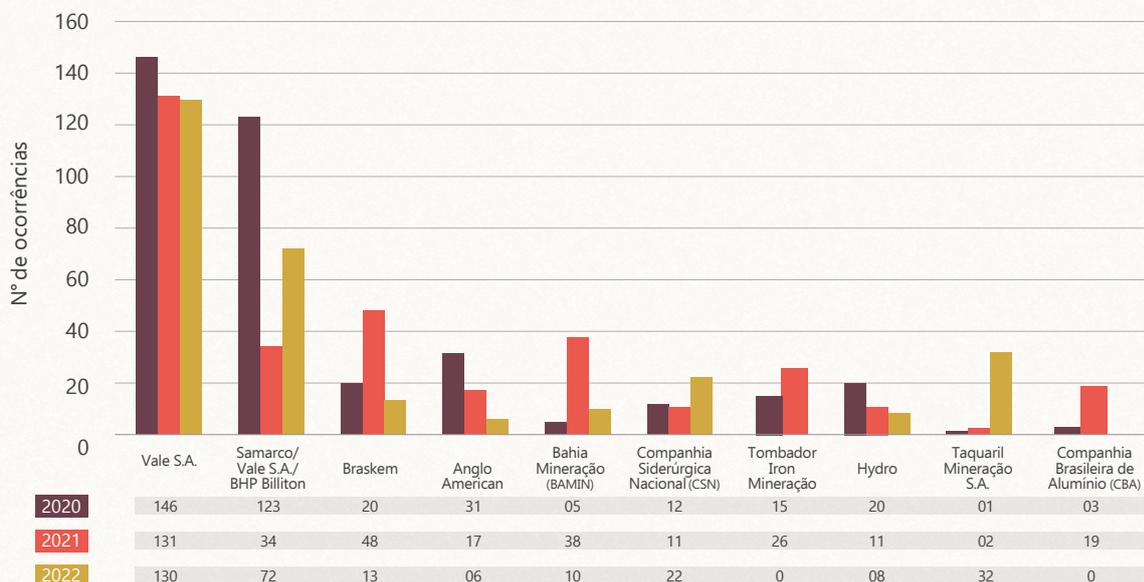
Em 2022, identificou-se 124 empresas envolvidas em conflitos em 481 localidades. **As cinco empresas que aglutinam o maior número de ocorrências de conflito são Vale S. A. (130 ocorrências), Samarco-Vale-BHP (72 ocorrências), Taquaril Mineração S. A. (32 ocorrências), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (22 ocorrências) e Brazil Iron (17 ocorrências)** (Gráfico 13). Se formos considerar todas as ocorrências decorrentes dos conflitos, a Vale S. A. esteve presente em 202 ocorrências. Em outras palavras, podemos concluir que a **Vale S. A., também dona da Samarco, esteve envolvida em 21,6% das ocorrências de conflitos no Brasil.**

Gráfico 13: Empresas com maior número de ocorrências de violações em 2022



Em consonância com os dados em relação aos municípios mais afetados pelo setor mineral nos três anos de análise dos dados do Observatório (Brumadinho, Maceió e Mariana), as empresas que mais congregam ocorrências de conflito são Vale S. A., Samarco-Vale-BHP e Braskem (Gráfico 14). Isso é, tanto os municípios mais afetados quanto as empresas que mais possuem ocorrências estão envolvidas no contexto dos desastres do setor. A Hydro também é responsável pelo desastre envolvendo o vazamento de bauxita de suas operações em fevereiro de 2018 em Barcarena (PA), provocando contaminações e doenças.

Gráfico 14: Empresas com maior número de ocorrências de violações em 2020, 2021 e 2022



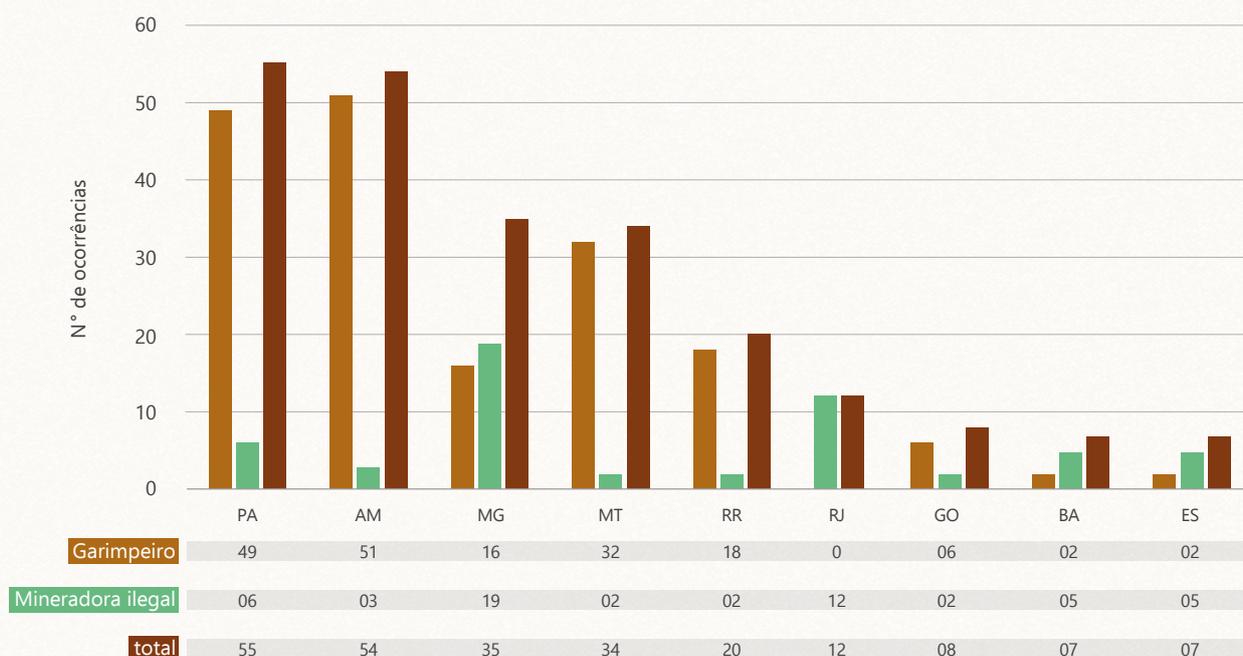
Tanto em 2020 quanto em 2022, a Samarco-Vale-BHP apareceu na segunda posição das maiores empresas em conflito. Em 2021, a empresa ocupou a terceira posição, com a diminuição em 72,3% das ocorrências em relação a 2020 e 41,4% de 2020 a 2022. Uma das chaves explicativas envolve a frustração e o cansaço diante de um processo de reparação que se arrasta há 8 anos.

As extrações ilegais de minérios provocaram 270 ocorrências em 235 localidades.

Os garimpos ilegais corresponderam a 191 ocorrências e a mineração ilegal, a 78 ocorrências. Temos ainda uma ocorrência causada pelo “Estado”, pela atuação do Poder Executivo, onde funcionários da Prefeitura são flagrados retirando areia sem autorização (Gellio, 14 out. 2022).

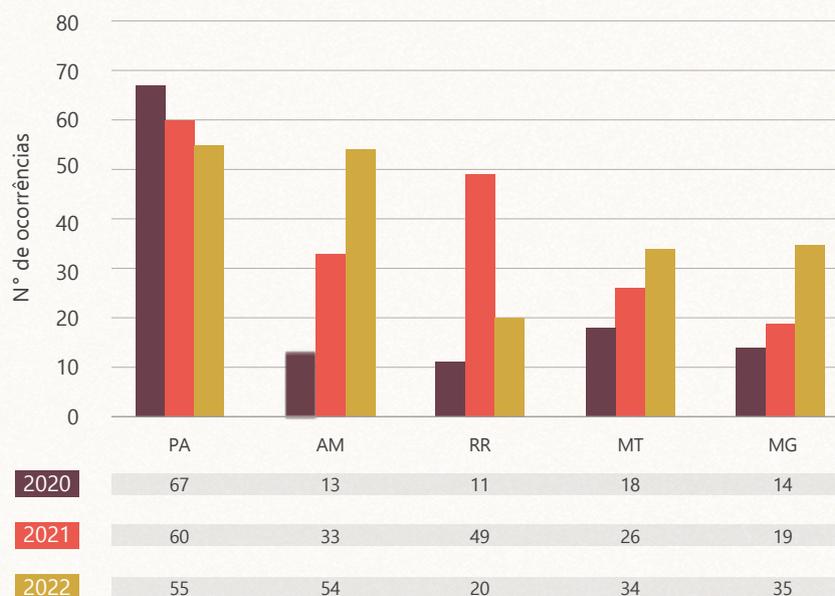
As atividades ilegais estão presentes em 22 unidades da federação, com 55 ocorrências (20,2%) no Pará, 54 no Amazonas (19,9%), 35 em Minas Gerais (12,9%), 34 no Mato Grosso (12,5%) e 20 em Roraima (7,4%) (Gráfico 15). “Indígenas” foram o primeiro grupo social mais violado por essa atividade, representando 86 ocorrências, ou seja, 31,9% das ocorrências ligadas a extração ilegal.

Gráfico 15: Extração ilegal de minério por estado e categoria em 2022



Nos três últimos anos, os cinco estados que estiveram na lista com dados de extração ilegal foram Pará, Amazonas, Roraima, Mato Grosso e Minas Gerais (Gráfico 16). Nos três anos, o Pará ocupou a primeira posição, indicando seu protagonismo na questão da extração ilegal. A maioria dos casos no Pará envolve ocorrências de garimpo ilegal em comunidades indígenas, impactando o total de 12 terras indígenas. Além dos danos causados pelo garimpo, assim como os crimes de extração mineral ilegal e de invasão, os indígenas no Pará ainda relataram, ao longo de 2022, casos de omissão e inoperância do poder público. Significativos nesse sentido, foram os casos das T. I. Menkragnoti, T. I. Sawre Muybu e T. I. Kayapó, apesar das constantes denúncias e até da apreensão de garimpeiros invasores, em que houve demora ou não resposta das entidades públicas competentes (Scofield, 7 abr. 2022; Índios caiapós prendem..., 20 mai. 2022; Indígenas denunciam presença..., 2022).

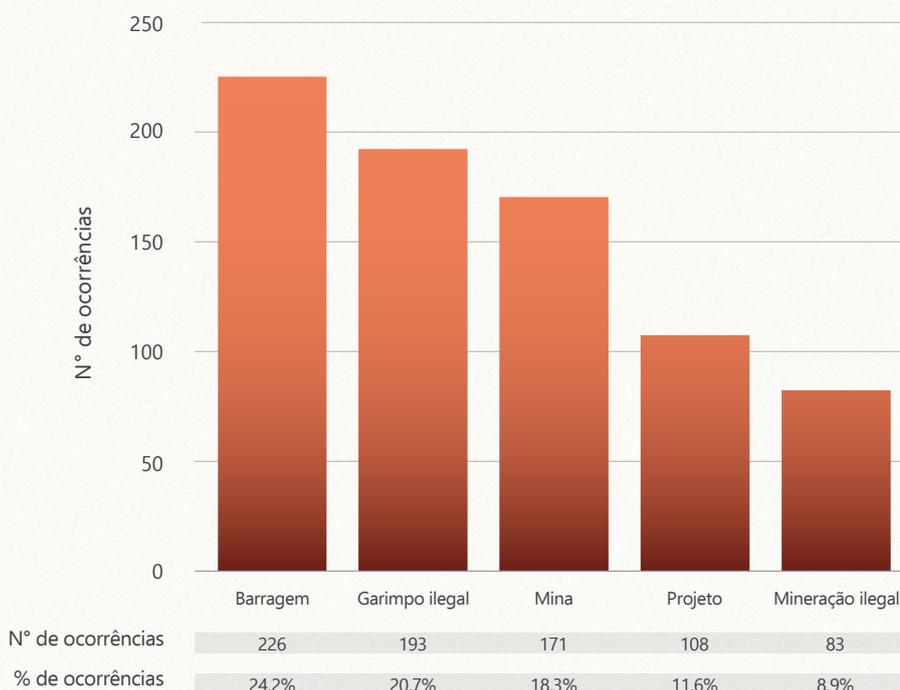
Gráfico 16: Extração ilegal de minério por estado em 2020, 2021 e 2022



Em relação ao tipo de objeto do conflito, **“barragem”** apareceu no primeiro lugar, com **24,2%** dos casos, **“garimpo ilegal”** em segundo, com **20,7%** e **“mina”** aparece em terceiro, com **18,3%** (Gráfico 17).

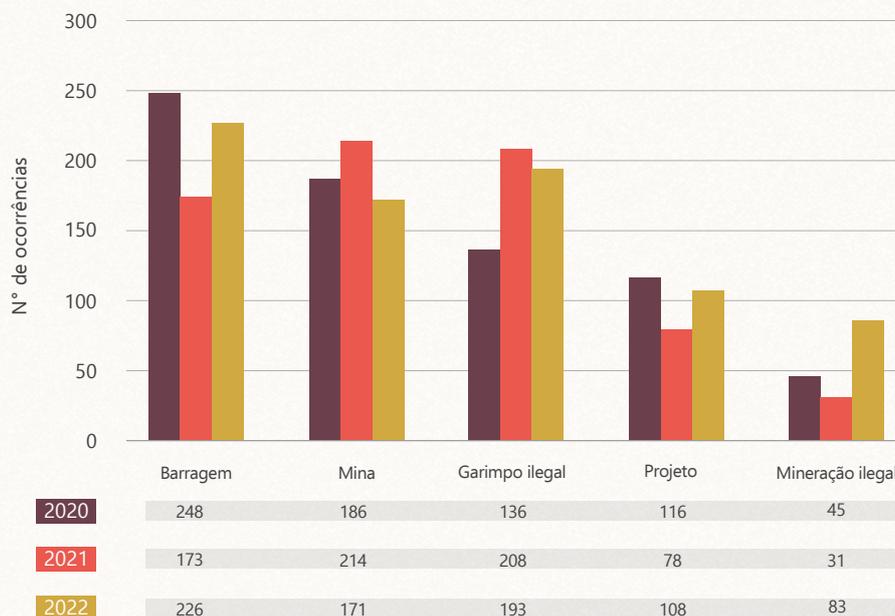
Os conflitos com **“barragem”** abrangem 25 empresas, estando a Vale S. A. na primeira posição, com 36,7% das ocorrências de conflito em relação a **“barragem”**, seguida pela Samarco-Vale-BHP (30,1%) e da AngloGold Ashanti (4,4%). **A Vale e a Samarco-Vale-BHP juntas representam 66,8% dos conflitos por “barragem” no ano de 2022.** Já os conflitos com **“mina”** envolveram 54 empresas: a Vale S. A. ocupando a primeira posição com 12,3% das ocorrências de conflitos específicos de **“mina”**; a Brazil Iron na segunda colocação, com 8,2%; e a Braskem ocupando a terceira posição, com 7,6%.

Gráfico 17: Tipo de objeto causador de violações em 2022



Observando os anos de 2020, 2021 e 2022, os cinco maiores “tipos de objeto causador” de conflito são “barragem”, “mina”, “garimpo ilegal”, “projeto” e “mineração ilegal”, com protagonismo destacado das três primeiras categorias (Gráfico 18).

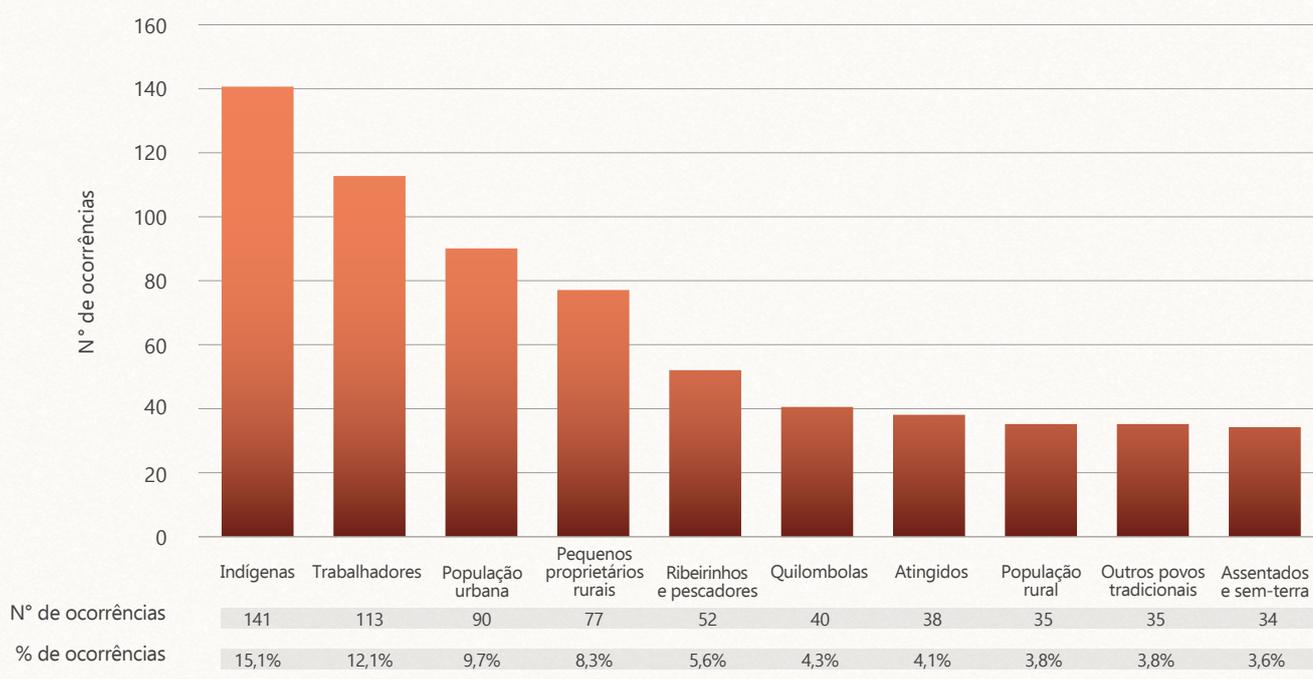
Gráfico 18: Tipo de objeto causador de violações em 2020, 2021 e 2022



Grupos atingidos e reações

Em 2022, entre as 932 ocorrências de conflito, a “categoria que sofreu a ação” teve como cinco grupos sociais mais relevantes “indígenas” com 15,1%, “trabalhadores” com 12,1%, “população urbana” com 9,7, “pequenos proprietários rurais” com 8,3% e “ribeirinhos e pescadores” com 5,6% (Gráfico 19). Em termos absolutos, conflitos envolvendo populações tradicionais⁹ significaram, no mínimo, o envolvimento de 236.447 pessoas.

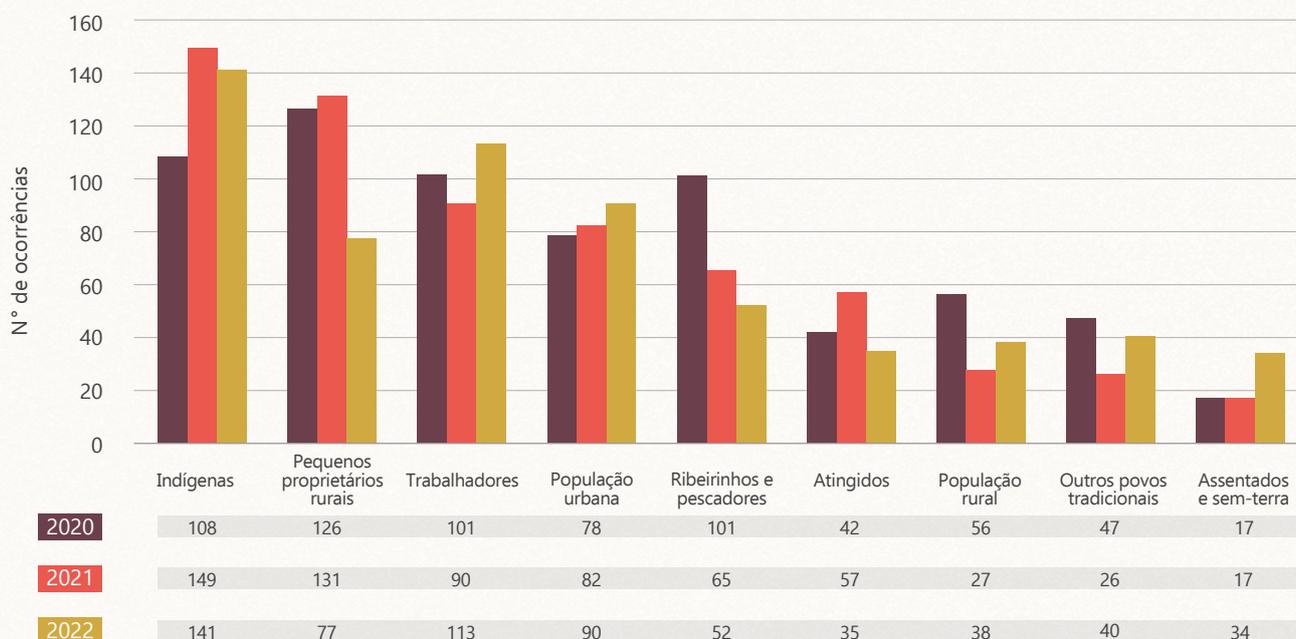
Gráfico 19: Principais grupos sociais atingidos em 2022



⁹ Entre as populações tradicionais que estiveram envolvidas em conflitos, estão incluídos camponeses de fundo de pasto, extrativistas, indígenas, geraizeiros, pecuaristas familiares, pescadores, quilombolas e ribeirinhos.

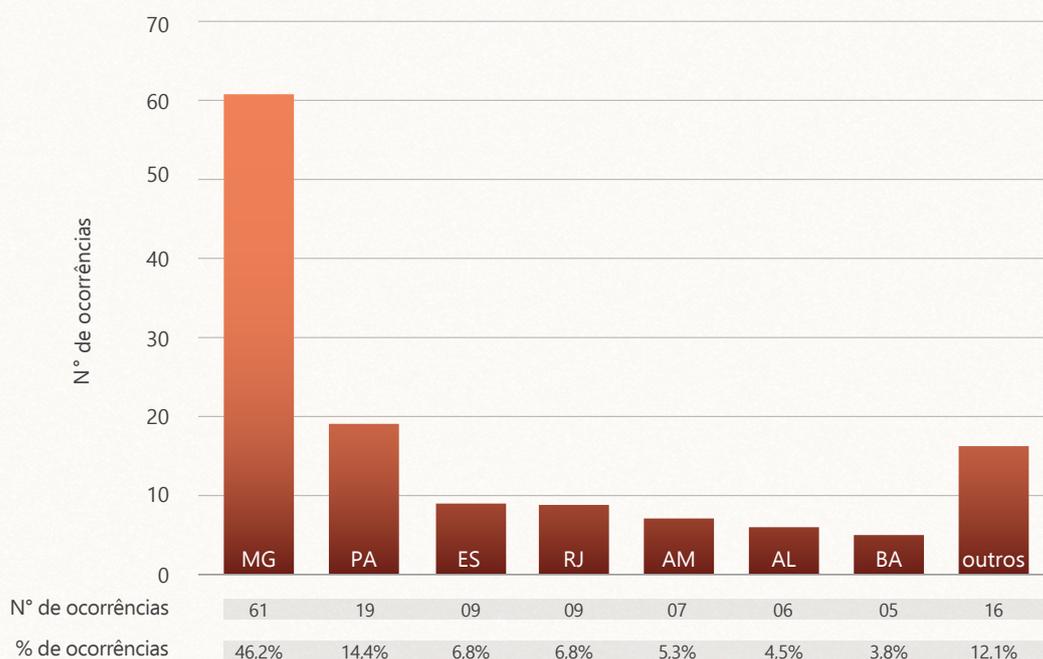
Nos três anos de análise, a categoria social que mais congregou ocorrências foram os “indígenas” (Gráfico 20). De 2020 a 2022, houve um crescimento de 29,6% das ocorrências nessa categoria, com destaque para o ano de 2021, quando os indígenas ocuparam a primeira posição, frente aos intensos ataques sofridos, especialmente, pelos indígenas Yanomamis ao longo do ano, conflitos que levaram à morte de ao menos 8 indígenas, entre elas duas crianças, além de conflitos que deram relatos de violência sexual e física.

Gráfico 20: Principais grupos sociais atingidos em 2020, 2021 e 2022



Em 2022, foram mapeadas 132 reações diretas às violações, que envolveram manifestações, cartas públicas, bloqueio de via, ocupação, ações judiciais etc. Os estados que reuniram o maior número de conflitos e ocuparam as primeiras posições foram Minas Gerais, Pará, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Amazonas. **Minas Gerais concentrou 61 reações, e Pará teve 19** (Gráfico 21).

Gráfico 21: Reações de grupos atingidos por unidade da federação em 2022



As reações tinham o objetivo de contestar as violações das empresas (119 ocorrências) e dos garimpos ilegais (13 ocorrências). As empresas que concentram mais reações foram Vale S. A. (21 ocorrências), Samarco-Vale-BHP (18 ocorrências), Taquaril Mineração (17 ocorrências), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (12 ocorrências) e Braskem (4 ocorrências). O caso da Taquaril Mineração e a tentativa da empresa de realizar extração mineral na Serra do Curral, um dos mais importantes símbolos da cidade de Belo Horizonte, envolveu a reação não somente de moradores da cidade e de movimentos da sociedade civil organizada, como também de universidades, artistas, intelectuais e até blocos de carnaval (Grupo faz protesto..., 16 jun. 2022; Protesto contra a mineração..., 26 jul. 2022; UFMG e PUC Minas..., 17 mai. 2022; Guimarães, 2 mai. 2022; BH terá bloco..., 26 abr. 2022).

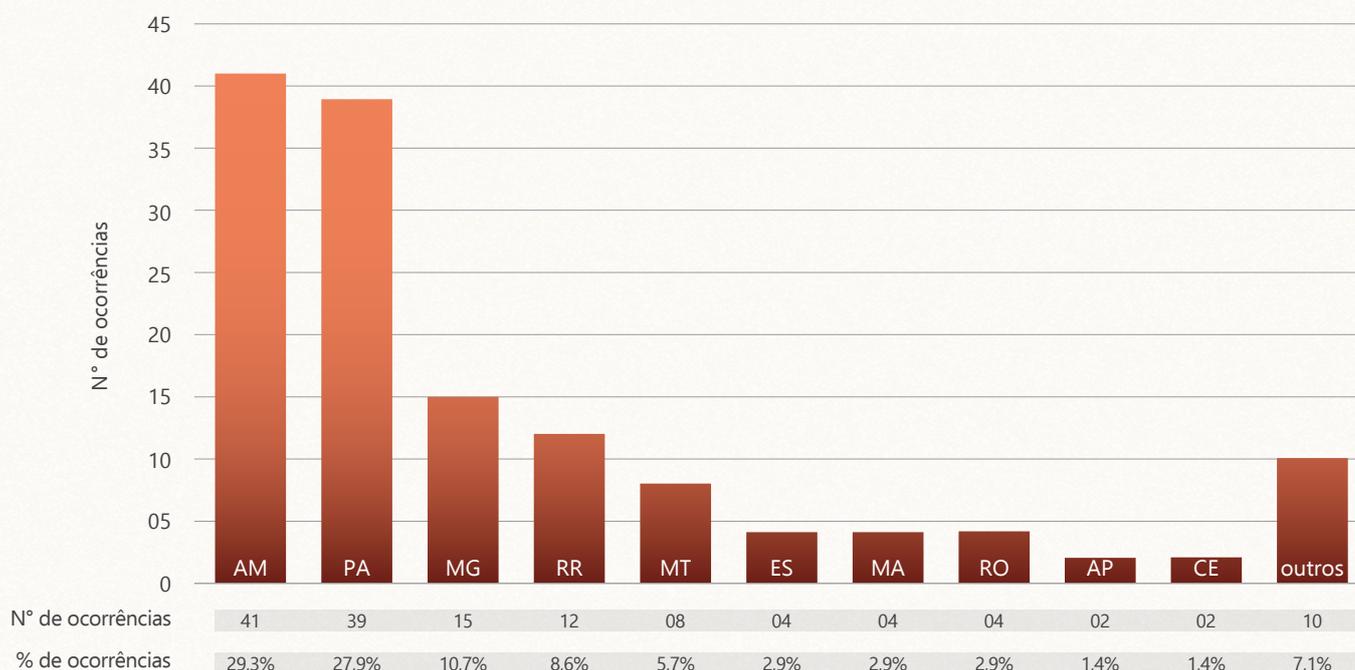
No caso dessas cinco empresas, foram contabilizados bloqueios de via e de ferrovia, cartas públicas, manifestações, ocupações, paralisações, greves e, pela via institucional, a continuação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a Vale S. A. na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) iniciada em 2021 (Santos e Santos, 15 fev. 2022).

Já as categorias que mais sofreram com a ação das empresas e dos garimpos e que realizaram ações de reação foram **“população urbana” (18 ocorrências)**, **“trabalhadores” (18 ocorrências)**, **“sociedade civil” (17 ocorrências)** e **“indígenas” (16 ocorrências)**.

Conflitos com indígenas

No mapeamento de 2022, indígenas de 18 estados se encontravam em conflito com o garimpo ilegal e com empresas mineradoras ou com ambos, totalizando ao menos 155.983 indígenas. Os estados que mais congregaram conflitos foram Amazonas, Pará, Minas Gerais, Roraima e Mato Grosso (Gráfico 22). Das 141 ocorrências de conflito relacionadas aos indígenas, somente o estado do Amazonas deteve 29,3%, seguido pelo Pará (27,9%), por Minas Gerais (10,7%) e por Roraima (8,6%).

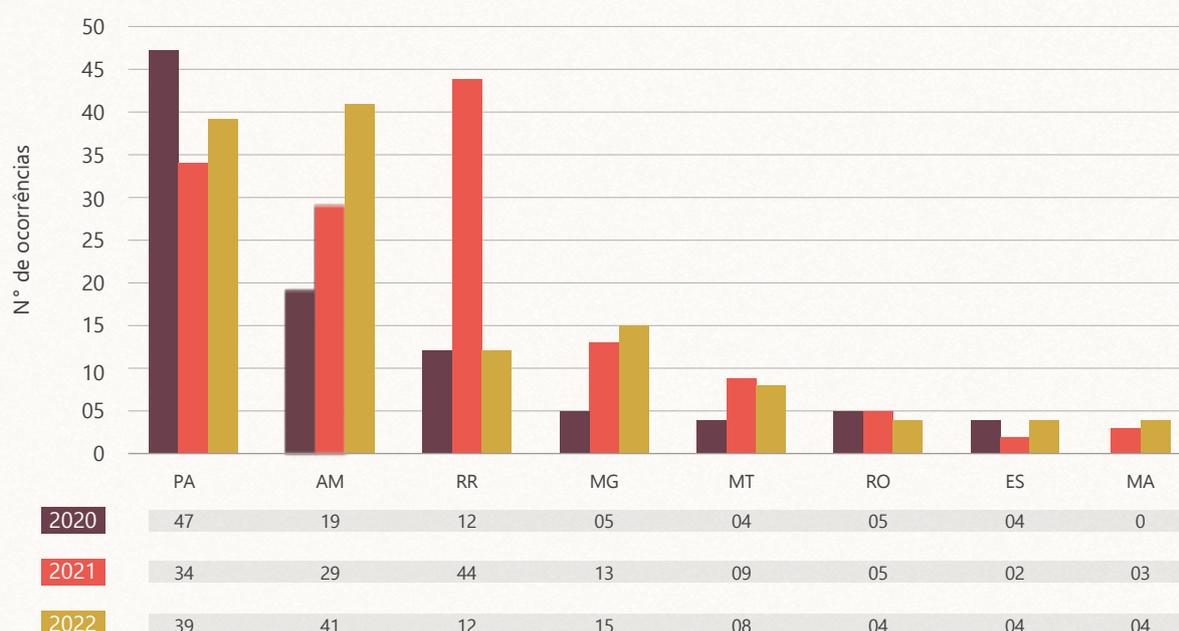
Gráfico 22: Estados que mais concentraram ocorrências em conflitos com indígenas em 2022



A partir dos dados de 2020, 2021 e 2022, nota-se o destaque dos estados do Pará, do Amazonas e de Roraima nos conflitos envolvendo os indígenas. O Amazonas, por exemplo, teve um aumento de 115,7% de ocorrências de 2020 a 2022.

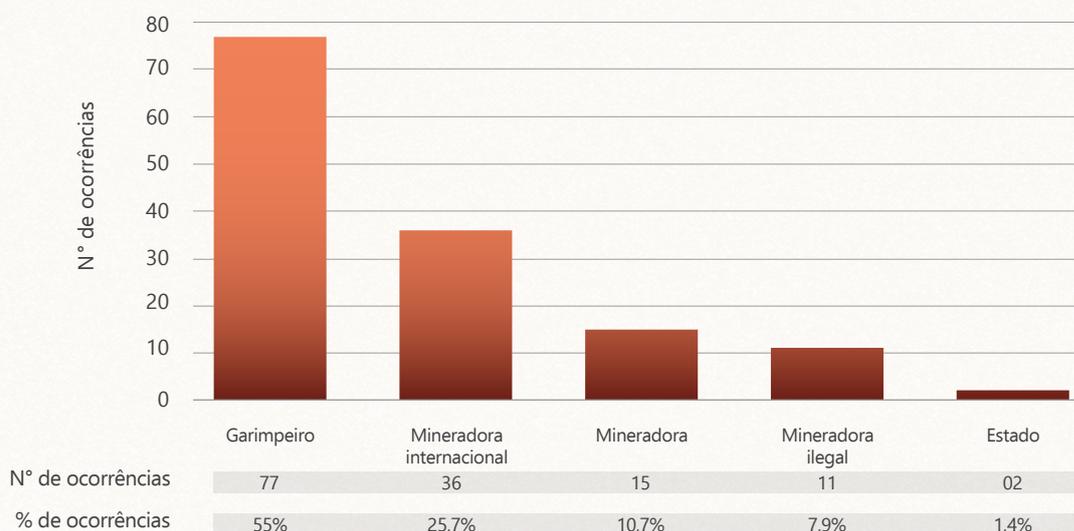
Ainda sobre o estado do Amazonas, as ocorrências contra comunidades indígenas aconteceram em 33 diferentes localidades – entre áreas indígenas e unidades de conservação – e foram causadas por garimpeiros, mineradoras, mineradoras internacionais e mineradoras ilegais. Nas terras do alto e do médio rio Negro, por exemplo, organizações indígenas denunciaram a existência de 60 processos ativos na Agência Nacional de Mineração (ANM) para exploração de ouro (Sassine, 21 ago. 2022). Além disso, o garimpo ilegal tem atuado na zona fronteira com a Colômbia, impondo outro desafio para o combate à atividade ilegal (Júnior, 16 mar. 2022).

Gráfico 23: Estados que mais concentraram ocorrências em conflitos com indígenas em 2020, 2021 e 2022



Ocorrências de conflito com o “garimpo” correspondem a 55% do total; seguido por “mineradora internacional” (25,7%), “mineradora” (10,7%), “mineradora ilegal” (7,9%) e “Estado” (1,4%) (Gráfico 24).

Gráfico 24: Categorias em conflito com indígenas em 2022

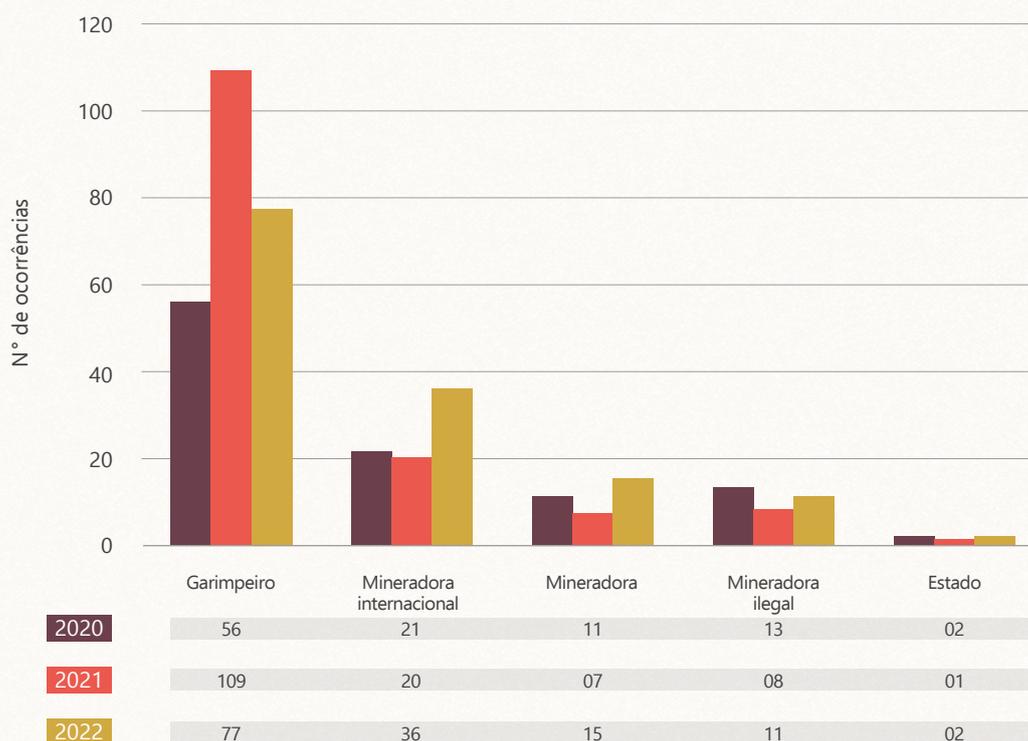


Nos três anos consecutivos, a categoria “garimpeiro” foi a principal em conflito com os indígenas, seguido por “mineradora internacional”. De 2020 a 2022, foi observada na categoria “garimpeiro” um crescimento de 37,5% das ocorrências, com grande destaque para o ano de 2021, quando diversos ataques foram realizados na Terra Indígena Yanomami, como já citado anteriormente.

No mesmo período, a categoria “mineradora internacional” apresentou um aumento de 71,4%. As principais empresas envolvidas nos conflitos com os indígenas são Vale S. A. (21 ocorrências), Belo Sun (18 ocorrências), Potássio Brasil (14 ocorrências) e Samarco-Vale-BHP (11 ocorrências).

Ainda sobre essas mineradoras internacionais, chama atenção que entre as maiores empresas, as sedes ficam localizadas principalmente na Austrália, Brasil, Canadá e Reino Unido. Em 2022 foram registradas, inclusive, duas manifestações de indígenas contra mineradoras nas matrizes das empresas: uma em Montreal, denunciando a Belo Sun (O financiamento do Royal..., 8 dez. 2022), e outra em Londres, denunciando a BHP Billiton (Parreiras, 5 abr. 2022).

Gráfico 25: Categorias em conflito com indígenas em 2020, 2021 e 2022

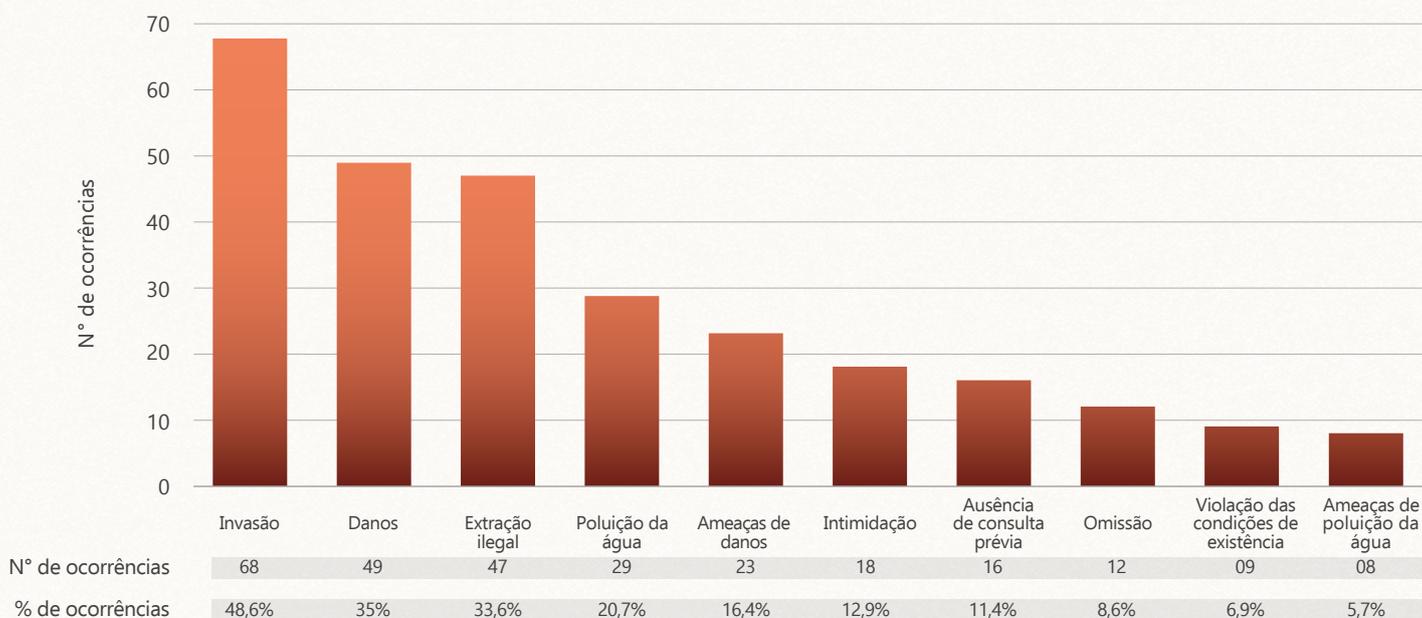


Os principais tipos de violência sofridas pelos “indígenas” foram: **invasão (68 ocorrências)**, **danos (49 ocorrências)**, **extração ilegal (47 ocorrências)**, **poluição da água (29 ocorrências)** e **ameaça de danos (23 ocorrências)** (Gráfico 26). Além de cinco mortes e quatro violências físicas, outras quatro mortes foram contabilizadas na Terra Indígena Yanomami, uma dessas mortes foi a de uma adolescente de 12 anos, que morreu após ser estuprada por garimpeiros. De acordo com o líder indígena e presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye’kwana, “Os garimpeiros a violentaram,

estupraram e isso ocasionou o óbito. O corpo da adolescente está na comunidade” (Borges, 26 abr. 2022). Outro caso envolveu a morte de um líder indígena após um ataque a tiros de garimpeiros, onde um adolescente de 15 anos também ficou ferido (Rufino, 5 out. 2022). A violência dos garimpeiros também causou a morte de um indígena de 21 anos, que era filho do líder da comunidade do Tirei, na T. I. Yanomami. Além de mais outra morte envolvendo o aliciamento de indígenas ao garimpo e o consequente conflito dentro da comunidade entre indígenas pró e contra o garimpo (Fernandes e Rodrigues, 11 abr. 2022).

Uma morte foi contabilizada na T. I. Alto Turiaçu, localizada na Amazônia maranhense, onde ocorreu a morte repentina da liderança Sarapó Ka’apor. Os indígenas suspeitam de envenenamento e solicitam a exumação do cadáver e realização da autópsia. Sarapó já tinha sofrido ataques a tiros e recebia ameaças por denunciar a invasão do território por madeireiros, mineradoras e garimpeiros (CIMI, 2023, p. 174).

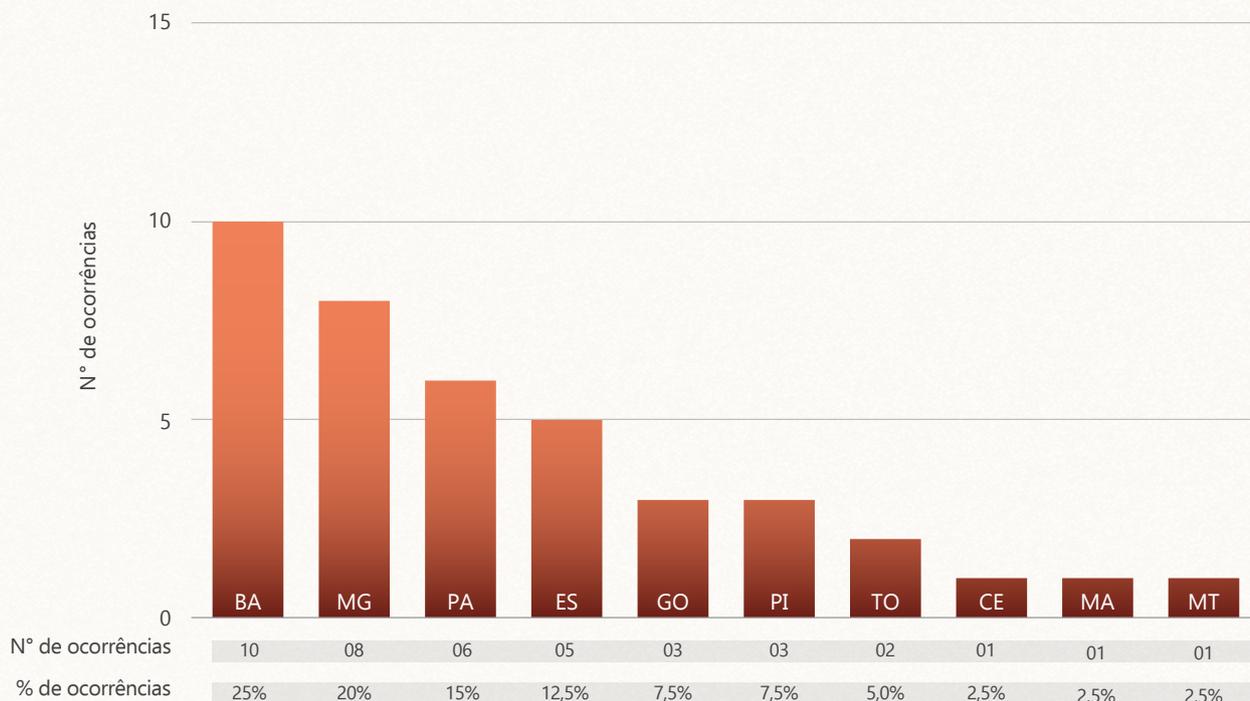
Gráfico 26: Principais tipos de violências contra os indígenas em 2022



Conflitos com quilombolas

Outro grupo relevante são os quilombolas, que totalizaram 40 ocorrências, englobando ao menos 49.268 pessoas. Em 2022, os conflitos entre quilombolas e empresas estavam presentes em dez estados: Bahia, Minas Gerais, Pará, Espírito Santo, Goiás, Piauí, Tocantins, Ceará, Maranhão e Mato Grosso. A Bahia concentrou 25% dos conflitos, seguido de Minas Gerais (20%) e Pará (15%) (Gráfico 27).

Gráfico 27: Estados que mais concentraram ocorrências com quilombolas em 2022



Ao menos 15 empresas estavam envolvidas em conflitos com quilombolas. As cinco primeiras são Brazil Iron (25%), Hydro (15%), Samarco-Vale-BHP (12,5%), Kinross (5%) e Vale S. A. (5%). O “garimpo ilegal” aparece com duas ocorrências de conflito. Os minerais mais representativos dos conflitos são o minério de ferro (52,5%) e o ouro (15%).

Foram contabilizadas sete reações de comunidades quilombolas em 2022, entre cartas públicas, ação judicial, manifestação e bloqueio de via. Duas ações fazem referência à empresa Brazil Iron, uma à SRN Mineração, duas à Hydro Alunorte, uma à Mineradora São Camilo e uma à Cooperativa de Garimpeiros e Mineradores (Coopermin).

No caso da empresa Brazil Iron, uma ação civil pública foi ajuizada pela Defensoria Pública da União (DPU) solicitando a suspensão das atividades mineradoras, assim como o pagamento de indenização por danos morais coletivos contra cinco comunidades quilombolas na cidade de Piatã, na Bahia (DPU pede suspensão..., 1º out. 2022). Duas comunidades prepararam carta pública contra a mesma mineradora (Comitê e ABA, 8 dez. 2022).

Em Barcarena, no Pará, outras cinco comunidades entraram com ações judiciais contra a Hydro Alunorte, mas dessa vez recorreram à justiça da Holanda, país de origem da empresa (Bouças, 22 jun. 2022). Uma manifestação com bloqueio de via também foi direcionada por uma comunidade quilombola contra a Hydro, no município de Moju (MAM, 22 ago. 2022). No caso da comunidade quilombola de Lagoas, no Piauí, houve reação aos impactos das mineradoras São Camilo e SRN Mineração (Comitê e ABA, 8 dez. 2022; Pilar e Serra, 8 nov. 2022), enquanto em Tocantins, houve reação contra a Cooperativa de Garimpeiros e Mineradores (Coopermin), por conta de assédio e de invasão no território da comunidade quilombola Kalunga do Mimoso (Coalizão Vozes do Tocantins..., 2022).

O tipo de conflito predominante entre os quilombolas em 2022 foi pela “terra”, seguido de pela “água”, com 80% e 50%, respectivamente. Os tipos de violências preponderantes foram a “poluição da água”, por “omissão”, devido a “ausência de consulta prévia”, a “danos” e a “violações nas condições de existência”.

Em comparação, no ano de 2020, a categoria quilombola contabilizou 47 ocorrências, enquanto em 2021 foram 26, indicando uma diminuição nas ocorrências de 44,6%. Em 2022, como já apontado, foram observadas 40 ocorrências, isto é, houve um aumento de 53,8% entre 2021 e 2022. De 2020 a 2022 nota-se uma retração das ocorrências de 14,8%.

Outros grupos sociais do campo

Pescadores e ribeirinhos compõem um grupo que aglutina 52 ocorrências, abrangendo ao menos 22.377 pessoas. Minas Gerais congrega 27,5% das ocorrências, seguida do Espírito Santo, com 23,5%. Fizeram parte dos conflitos dez empresas e o garimpo ilegal. A “Samarco-Vale-BHP” foi responsável por 43,1% dos conflitos nessa categoria, em seguida o “garimpo ilegal” (23,5%), pela Bemisa – Brasil Exploração Mineral S. A. (5,9%), a Vale S. A. (5,9%) e Belo Sun Mining Ltda. (3,9%). Os casos da Samarco-Vale-BHP e Hydro se referem, especificamente, aos desastres ocasionados pelas empresas na Bacia do Rio Doce, com o rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015, com o vazamento de bauxita das operações da Hydro Alunorte, em fevereiro de 2018, em Barcarena (PA), e com o processo de luta por direitos à reparação integral. Nessa categoria, o município mais atingido é o de Manicoré, no Amazonas, que concentra 9,8% dos casos com ribeirinhos e pescadores. Todos os conflitos foram contra o garimpo ilegal na região. As principais violências foram “omissão” (52,9%) e “poluição da água” (39,2%).

Contabilizando as categorias “assentados”, “camponeses de fundo de pasto”, “extrativistas”, “geraizeiros”, “pecuaristas”, “pequenos proprietários rurais”, “posseiros” e “sem-terra”, temos, em 2022, 146 ocorrências de conflito, incluindo 50.161 pessoas. A divisão por grupo corresponde a “pequenos proprietários rurais” (18.705 pessoas), “sem-terra” (2.787 pessoas), “posseiros” (3.091 pessoas), “camponeses de fundo de pasto” (904 pessoas), “assentados” (40.432 pessoas) e “extrativistas” (4.241 pessoas).

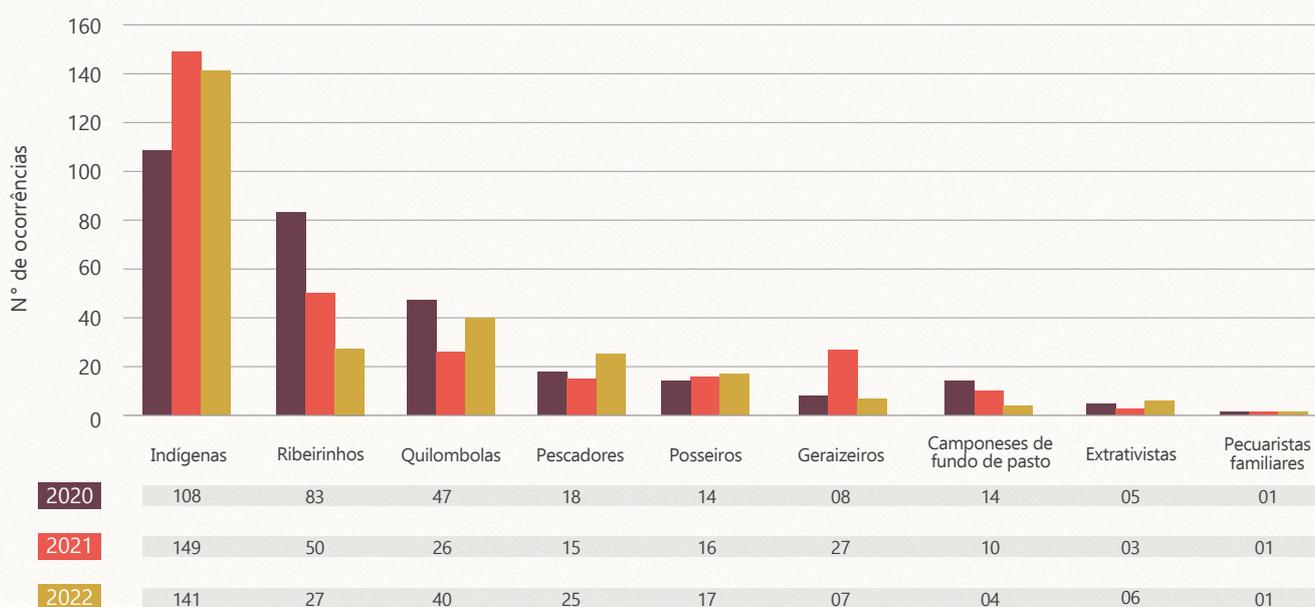
Esses casos estiveram, majoritariamente, presentes em Minas Gerais e no Maranhão, com 39,7% e 16,4%, respectivamente. Das 37 empresas registradas, as cinco mais representativas foram Vale S. A. (19,2%), Samarco-Vale-BHP (8,9%), Equinox Gold (6,8%), Bahia Mineração (5,5%) e AngloGold Ashanti (4,1%). “Garimpo ilegal” apareceu em 6,2% das ocorrências. O tipo de conflito mais representativo foi “terra” (79,5%), seguido de “água” (45,9%) e o tipo de violência predominante foi por “danos” (37,7%), por “omissão” (28,8%) e pela “poluição da água” (17,1%), seguido de “ameaça de danos” (15,1%) e “perda de renda” (15,1%). No que se refere ao “tipo de objeto causador” do conflito, “barragem” aparece em primeiro lugar com 34,9% dos casos, seguido por “mina” (21,9%) e “projeto” (14,4%).

As ocorrências envolvendo populações tradicionais somam 268, abrangendo ao menos 236.447 pessoas. Indígenas (141 ocorrências e 155.983 pessoas), quilombolas (40 ocorrências e 49.268 pessoas), ribeirinhos (27 ocorrências e 15.879 pessoas), pescadores (25 ocorrências e 6.498 pessoas), posseiros (17 ocorrências e 3.091 pessoas), geraizeiros (7 ocorrências e 582 pessoas), extrativistas (6 ocorrências e 4.241 pessoas), camponeses de fundo de pasto (4 ocorrências e 904 pessoas) e pecuaristas (1 ocorrência).

Comparando os três últimos anos, nota-se que a categoria “geraizeiro” teve um crescimento expressivo em 2021, com 27 ocorrências envolvendo conflitos com as empresas Bahia Mineração (Bamin) e Sul Americana de Metais (SAM). Em 2022, as ocorrências com as empresas referidas permaneceram, mas em menor intensidade (Gráfico 28). O caso envolvendo os pecuaristas diz respeito ao conflito com a empresa Água Fertilizantes e o projeto Três Estradas, que prevê a extração de fosfato a céu aberto em Lavras do Sul (RS).

De acordo com um pecuarista de Taquarembó, distrito de Lavras do Sul, há muita preocupação com o projeto: “Onde estamos, a princípio, será a futura barragem de rejeito que irá nos afetar diretamente, mas indiretamente a preocupação é constante, sabendo que a devastação está a poucos quilômetros de casa. [...] Todo o nosso meio ambiente está sendo afetado, convivemos com o medo e a dúvida do que vai ser o nosso futuro, comparando uma atividade como a nossa que consegue conciliar produção e preservação, com um empreendimento grande de impacto ambiental enorme e para alguma espécie irreversível!” (Weissheimer, 5 nov. 2022).

Gráfico 28: Nº de ocorrências com populações tradicionais em 2020, 2021 e 2022



Conflitos urbanos

No tocante aos **conflitos na área urbana, identificado nas categorias “população urbana”, “pequenos proprietários urbanos” e “população urbana e rural”, foram identificados 94 casos**, totalizando 106 ocorrências e 11,3% de todos os conflitos registrados. **Ao menos 154.295 pessoas estavam envolvidas em conflitos urbanos com a mineração no país e sofreram violações do setor mineiro.** Eles se relacionavam a 31 empresas, sendo as cinco primeiras Vale S. A., concentrando 24,5% das ocorrências de conflitos urbanos, Taquaril Mineração S. A., com 9,4%, seguida da Braskem, com 8,5%, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (7,5%) e da AngloGold Ashanti (3,8%).

Os conflitos urbanos, em 2022, ocorreram em 41 municípios e dez estados. **Os estados que mais reúnem conflitos são Minas Gerais, com 74,5%** das ocorrências de conflitos, seguido de Alagoas (8,5%), Espírito Santo (4,7%), Pará (4,7%) e Goiás (1,9%). **Enquanto os cinco municípios que mais tiveram violações foram Itabira, com 12,3%, Belo Horizonte, com 11,3%, Maceió e Mário Campos empatados com 8,5% e Congonhas, com 6,6%.**

Particularmente em Maceió, onde a Braskem foi responsável pelo maior crime socioambiental em área urbana já visto no mundo e que afetou, ao todo, 55 mil pessoas, as reivindicações por justa indenização de moradores das áreas diretamente atingidas e as manifestações por realocação da população em situação de “ilhamento socioeconômico”¹⁰ permaneceram presentes em 2022 (Santos, 27 jan. 2022; e Anselmo, 27 set. 2022).

Dada a limitada projeção nacional que esse conflito recebeu e a necessidade de ampla reflexão crítica sobre o setor mineral brasileiro, cabe destacar que o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, no âmbito do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, lançou o relatório “Colapso mineral em Maceió: o desastre da Braskem e o apagamento das violações” também em 2023.¹¹

Conflitos envolvendo o Estado

O “Estado” aparece na base de dados do Observatório categorizado em suas três esferas (federal, estadual e municipal). O “Estado” está envolvido em embates institucionais e ações de contenção à extração ilegal e à usurpação de bem mineral pertencente à União (cf. Art. 176 da Constituição da República Federativa do Brasil).

Das ocorrências em 2022, 221 abrangem a categoria, tendo sido a categoria com mais ocorrências, sendo 107 conflitos estaduais, 81 federais e 33 municipais. Desses, 37,6% das ocorrências compreendem conflitos com garimpeiros e 26,7% com mineradoras ilegais. Isto é, 64,3% dos casos com o “Estado” como ator em disputa se refere a ações de repressão à extração ilegal de minério e seus impactos.

¹⁰ Efeito da desocupação dos imóveis no entorno de localidades como Flexal de Cima e Flexal de Baixo, que resultou em fuga do comércio e esvaziamento dos equipamentos públicos.

¹¹ O Relatório pode ser baixado na página: <http://emdefesadosterritorios.org/lancamento-relatorio-colapso-maceio-o-desastre-da-braskem-e-o-apagamento-das-violacoes>.

Os principais tipos de conflito envolvendo a categoria “Estado” são “minério”, com 66,5% e “terra”, com 39,4%. As principais violências são “extração ilegal”, com 67,4%, “danos”, com 59,3%, “não cumprimento de procedimentos legais” (15,8%) e “omissão” (9%).

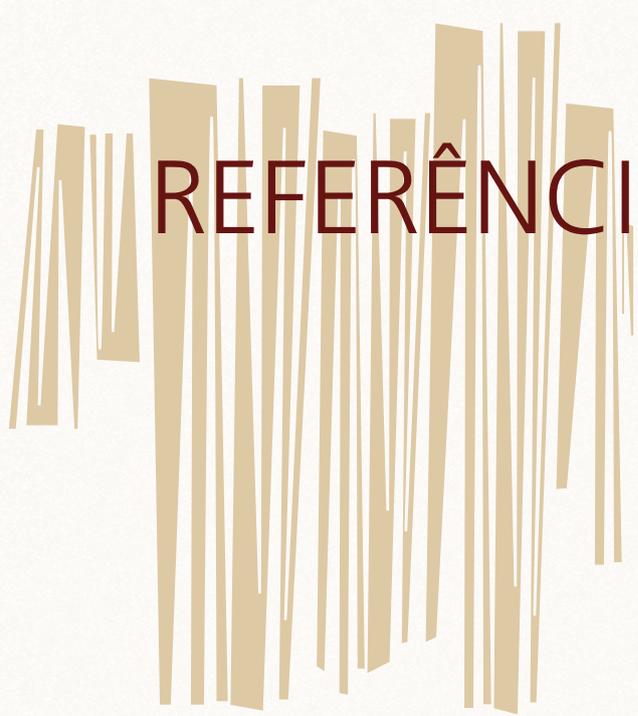
Para além dos casos aludindo ao garimpo e à mineração ilegal, a Vale S. A. aparece em terceiro lugar na categoria que causou a ação, com 10% das ocorrências dentre as 32,1% causadas por mineradoras formalizadas, tanto nacionais como internacionais. Os casos envolvem, majoritariamente, omissão e não cumprimento de procedimentos legais pela empresa. 16 ocorrências se concentram em Minas Gerais, 4 no Pará e 2 no Rio de Janeiro. De forma geral, os casos em Minas Gerais dizem respeito ao processo de reparação após os dois desastres causados pela empresa no estado, um em 2015 e outro em 2019.

No Pará, temos os desdobramentos da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Vale pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), em 2021, que investiga a concessão de incentivos fiscais à empresa, o descumprimento de condicionantes ambientais, a ausência de segurança em barragens, repasses incorretos de recursos aos municípios, o cadastro geral dos processos minerários e a sonegação de impostos. No ano de 2022, a comissão ouviu os prefeitos, por exemplo, dos municípios de Canaã dos Carajás e São Félix do Xingu, onde a Vale possui os projetos S11D e Onça Puma.

Os prefeitos destacaram o descaso da empresa com as duas regiões, assim como os passivos sociais, econômicos e ambientais provocados pela exploração de minérios na região. De acordo com a prefeita de Canaã dos Carajás: “Não existe transparência em suas ações no município e não há diálogo com empresa” (Barcellos e Batalha, 23 fev. 2022). Foi ainda pontuado o não pagamento de impostos pela empresa nos municípios, incorrendo em perda de renda ao Estado.

Outro caso envolvendo a Vale diz respeito à Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho (MPT) exigindo que a Vale retirasse com urgência 1.806 funcionários de suas instalações localizadas abaixo da barragem de Mirim, na mina Salobo. O MPT realizou fiscalização no local, em janeiro de 2022 e desde então vem tentando negociar com a mineradora a remoção dos trabalhadores, bem como de respectivas instalações. Para os seis procuradores que assinam a ação, é “inacreditável” que a empresa “resista de forma reiterada” a retirar os funcionários que trabalham na chamada Zona de Autossalvamento, que seria atingida imediatamente pela lama da barragem em caso de rompimento, sem tempo para um resgate (Camargos, 10 mar. 2022).

No Rio de Janeiro, a Vale foi multada em R\$ 5 milhões pela Prefeitura de Mangaratiba, onde a empresa tem um terminal de exportação de minério. A empresa é denunciada por contaminar o mar e a mata de uma área de preservação na região da Costa Verde. Segundo técnicos da Prefeitura, as análises comprovam a existência de contaminação nos cursos d’água, nas águas salinas e na fauna marinha do entorno, com metais pesados vinculados à atividade da Vale no terminal, que estão causando danos à cadeia trófica e possivelmente à saúde pública local. As denúncias de crimes ambientais motivaram o Ministério Público Federal (MPF) a determinar uma perícia na Ilha Guaíba. A unidade já tinha sido interditada em 2021, mas voltou a operar. O município afirma que a licença ambiental do terminal, concedida pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea), está vencida há dez anos (Fernandez e Lannoy, 19 jan. 2022).



REFERÊNCIAS

ALUNOS DEIXAM DE frequentar aulas por medo de rompimento de barragem em Brumadinho (MG). R7, Notícias, 2 jun. 2022. Disponível em <https://noticias.r7.com/minas-gerais/videos/alunos-deixam-de-frequentar-aulas-por-medo-de-rompimento-de-barragem-em-brumadinho-mg-03062022>, acesso em 24 nov. 2023.

ANSELMO, Tainá. Moradores dos Flexais fazem protesto por realocação dos bairros atingidos pela mineração. CBN Maceió, 27 set. 2022. Disponível em <https://cbnmaceio.com.br/noticia/11058/moradores-dos-flexais-fazem-protesto-por-realocacao-dos-bairros-atingidos-pela-mineracao>, acesso em 24 nov. 2023.

APÓS MORTE DE GARIMPEIRO por ação da PM, manifestantes bloqueiam entrada da mineradora Vale no Pará. G1 Pará, Belém, 19 jul. 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/pa/para/post/2022/07/19/apos-morte-de-garimpeiro-por-acao-da-pm-manifestantes-bloqueiam-entrada-da-mineradora-vale-no-para.ghtml>, acesso em 24 nov. 2023.

BARCELLOS, Mara; BATALHA, Andreza. Prefeitos de Canaã dos Carajás e São Félix do Xingu criticam atuação da Vale e cobram providências. Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), Notícias, 23 fev. 2022. Disponível em <https://www.alepa.pa.gov.br/noticia/7044>, acesso em 24 nov. 2023.

BH TERÁ BLOCO DE carnaval em defesa da Serra do Curral. Estado de Minas, cad. Gerais, 26 abr. 2022. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/04/26/interna_gerais,1362582/bh-tera-bloco-de-carnaval-em-defesa-da-serra-do-curral.shtml, acesso em 24 nov. 2023.

BORGES, Rebeca. Yanomami de 12 anos morre após ser estuprada por garimpeiro, diz líder. Metrôpoles, 26 abr. 2022. Disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/yanomami-de-12-anos-morre-apos-ser-estuprada-por-garimpeiro-diz-lider>, acesso em 24 nov. 2023.

BOUÇAS, Cibelle. Justiça da Holanda decidirá se aceita ação contra Norsk Hydro por poluição no Pará. Valor Econômico, Belo Horizonte, 22 jun. 2022. Disponível em <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2022/06/22/justica-da-holanda-decidira-se-aceita-acao-contra-norsk-hydro-por-poluicao-no-para.ghtml>, acesso em 24 nov. 2023.

CAMARGOS, Daniel. Para evitar “novo Brumadinho”, MPT exige que Vale retire trabalhadores próximos de barragem no Pará. Repórter Brasil, 10 mar. 2022. Disponível em <https://reporterbrasil.org.br/2022/03/para-evitar-novo-brumadinho-mpt-exige-que-vale- retire-trabalhadores-proximos-de-barragem-no-para>, acesso em 24 nov. 2023.

COALIZÃO VOZES DO TOCANTINS repudia ação de mineradora que estaria pressionando Comunidade Quilombola. Conexão Tocantins, cad. Estado, 24 jun. 2022. Disponível em <https://conexaoto.com.br/2022/06/24/coalizao-vozes-do-tocantins-repudia-acao-de-mineradora-que-estaria-pressionando-comunidade-quilombola>, acesso em 24 nov. 2023.

COMISSÃO (CAE) PROPOSTA PELA BRAZIL Iron é questionada por moradores das comunidades impactadas no município de Piatã. Combate ao Racismo Ambiental, 27 mai. 2022. Disponível em <https://racismoambiental.net.br/2022/05/27/comissao-cae-proposta-pela-brazil-iron-e-questionada-por-moradores-das-comunidades-impactadas-no-municipio-de-piata>, acesso em 24 nov. 2023.

COMITÊ Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Nota de repúdio ao licenciamento ambiental do projeto SRN de mineração de ferro magnetítico no Território Quilombola Lagoas-PI. Portal ABA, 8 dez. 2022. Disponível em <https://portal.abant.org.br/nota-de-repudio-ao-licenciamento-ambiental-do-projeto-srn-de-mineracao-de-ferro-magnetitico-no-territorio-quilombola-lagoas-pi>, acesso em 24 nov. 2023.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil. Dados de 2022. Brasília: CIMI, 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>, acesso em 24 nov. 2023.

DPU PEDE SUSPENSÃO de atividades de mineradora em área próxima a comunidades quilombolas na BA. G1 Bahia, cad. Notícias, 1º out. 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/10/01/dpu-pede-suspensao-de-atividades-de-mineradora-em-area-proxima-a-comunidades-quilombolas-na-ba.ghtml>, acesso em 24 nov. 2023.

FERNANDES, Vanessa; RODRIGUES, Caíque. Conflito entre indígenas deixa dois mortos e cinco feridos na Terra Yanomami, diz Conselho de Saúde. G1 RR, Boa Vista, 11 abr. 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/04/11/conflito-entre-indigenas-deixa-dois-mortos-e-cinco-feridos-na-terra-yanomami-diz-conselho-de-saude.ghtml>, acesso em 24 nov. 2023.

FERNANDEZ, Alberto; LANNOY, Carlos. Vale é multada em R\$ 5 milhões por contaminação de minério em área de preservação em Mangaratiba. G1; RJ2, 19 jan. 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/17/vale-e-multada-em-r-5-milhoes-por-contaminacao-de-minerio-em-area-de-preservacao-em-mangaratiba.ghtml>, acesso em 24 nov. 2023.

GELLIO, Cleber. Funcionários da Prefeitura são flagrados retirando areia sem autorização. Campo Grande News, 14 out. 2022. Disponível em <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/funcionarios-da-prefeitura-sao-flagrados-retirando-areia-sem-autorizacao>, acesso em 24 nov. 2023.

GRUPO FAZ PROTESTO por tombamento da Serra do Curral. R7, cad. Balanço Geral MG, 16 jun. 2022. Disponível em <https://noticias.r7.com/minas-gerais/balanco-geral-mg/videos/grupo-faz-protesto-por-tombamento-da-serra-do-curral-16062022>, acesso em 24 nov. 2023.

GUIMARÃES, Ana Cláudia. Artistas e intelectuais brasileiros compram a briga pelo tombamento da Serra do Curral, patrimônio de Minas. O Globo, Ancelmo.com, 2 mai. 2022. Disponível em <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/artistas-e-intelectuais-brasileiros-compram-briga-pelo-tombamento-da-serra-do-curral-patrimonio-de-minas.html>, acesso em 24 nov. 2023.

INDÍGENAS DENUNCIAM PRESENÇA de dragas usadas pelo garimpo ilegal próximo à aldeia Munduruku, no Pará. G1 Pará, Belém, 2 mai. 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/05/02/indigenas-denunciam-presenca-de-dragas-usadas-pelo-garimpo-ilegal-proximo-a-aldeia-munduruku-no-para.ghtml>, acesso em 24 nov. 2023.

ÍNDIOS CAIAPÓS PRENDEM garimpeiros no Pará e se dizem ameaçados. O Tempo, cad. Violência na Amazônia, 20 mai. 2022. Disponível em <https://www.otempo.com.br/brasil/indios-caiapos-prendem-garimpeiros-no-para-e-se-dizem-ameacados-1.2671937>, acesso em 24 nov. 2023.

JÚNIOR, Waldick. Garimpo ilegal na Colômbia ultrapassa fronteira e invade afluentes do rio Amazonas. A Crítica.com, 16 mar. 2022. Disponível em <https://www.acritica.com/amazonia/garimpo-ilegal-na-colombia-ultrapassa-fronteira-e-invade-afluentes-do-rio-amazonas-1.235587>, acesso em 24 nov. 2023.

KUBITSCHK, Michelyne. Atingidos por barragem em MG protestam contra a Samarco. R7, cad. Notícias, 1º fev. 2022. Disponível em <https://noticias.r7.com/minas-gerais/atingidos-por-barragem-em-mg-protestam-contra-a-samarco-29062022>, acesso em 24 nov. 2023.

Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Quilombolas fecham rodovia para denunciar mineradora Hydro. Instagram @mam_nacional, 22 ago. 2022. Disponível em <https://www.instagram.com/reel/ChknTlwjS6l/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>, acesso em 24 nov. 2023.

O FINANCIAMENTO DO ROYAL Bank of Canada à mineradora de ouro canadense Belo Sun é denunciado durante a Cúpula da Biodiversidade. Forests & Finance, 8 dez. 2022. Disponível em <https://forestsandfinance.org/pt/news-pt/o-financiamento-do-banco-real-do-canada-a-mineradora-de-ouro-canadense-belo-sun-e-denunciado-durante-a-cupula-da-biodiversidade>, acesso em 24 nov. 2023.

PARREIRAS, Mateus. Krenaks protestam no Reino Unido por Mariana. Estado de Minas, cad. Gerais, 5 abr. 2022. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/04/05/interna_gerais,1357801/krenaks-protestam-no-reino-unido-por-mariana.shtml, acesso em 24 nov. 2023.

PILAR, Vitória; SENA, Luana. No Piauí, comunidades quilombolas e tradicionais têm sido escanteadas em benefício do agro e da mineração. O Estado do Piauí, esp., 28 nov. 2022. Disponível em <https://oestadodopiauui.com/ameaca-aos-guardioes>, acesso em 24 nov. 2023.

PROTESTO CONTRA A MINERAÇÃO na Serra do Curral acontece nesta quarta (27) em BH. Brasil de Fato, cad. Cidades, Mobilização, 26 jul. 2022. Disponível em <https://www.brasildefatomg.com.br/2022/07/26/protesto-contr-a-mineracao-na-serra-do-curral-acontece-nesta-quarta-27-em-bh>, acesso em 24 nov. 2023.

RUFINO, Samantha. Líder indígena morre e adolescente fica ferido após ataque a tiros de garimpeiros na TI Yanomami. G1 RR, Boa Vista, 5 out. 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/10/05/lider-indigena-morre-e-adolescente-fica-ferido-apos-ataque-a-tiros-de-garimpeiros-na-ti-yanomami.ghtml>, acesso em 24 nov. 2023.

SAMPAIO, Vanda. Relatório conclui que acordos Vale com moradores de Barão de Cocais precisam de revisão. Hoje em dia, 22 mar. 2022. Disponível em <https://www.hojeemdia.com.br/minas/relatorio-conclui-que-acordos-vale-com-moradores-de-bar-o-de-cocais-precisam-de-revis-o-1.890471>, acesso em 24 nov. 2023.

SANTOS, Andréa; SANTOS, Dina. Deputados apresentam relatório parcial da CPI da Vale S. A. Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), Notícias, 15 fev. 2022. Disponível em <https://www.alepa.pa.gov.br/noticia/7011>, acesso em 24 nov. 2023.

SANTOS, José Matheus. Afetados por afundamento em Maceió divulgam carta sobre venda da Braskem. Folha de S. Paulo, 27 jan. 2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/afetados-por-afundamento-em-maceio-divulgam-carta-sobre-venda-da-braskem.shtml>, acesso em 24 nov. 2023.

SASSINE, Vinicius. Indígenas vão à Justiça contra 60 demandas de garimpo que podem afetar 45 mil. Folha de S. Paulo, 21 ago. 2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/08/indigenas-va-o-a-justica-contr-a-60-demandas-de-garimpo-que-podem-afetar-45-mil.shtml>, acesso em 24 nov. 2023.

SCOFIELD, Laura. “A Funai parou de ajudar as pessoas que estão defendendo a floresta”, diz líder Kayapó. Brasil de Fato, 7 abr. 2022. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/07/a-funai-parou-de-ajudar-as-pessoas-que-estao-defendendo-a-floresta-diz-lider-kayapo>, acesso em 24 nov. 2023.

UFMG E PUC MINAS divulgam manifesto em defesa da Serra do Curral. Portal UFMG, Notícias, 17 mai. 2022. Disponível em <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg-e-puc-minas-publicam-manifesto-em-defesa-da-serra-do-curral>, acesso em 24 nov. 2023.

WEISSHEIMER, Marco. “Quem é afetado não foi ouvido”, protesta pecuarista familiar sobre mina em Lavras do Sul. Sul21, 5 nov. 2022. Disponível em <https://sul21.com.br/noticias/meio-ambiente/2022/11/quem-e-afetado-nao-foi-ouvido-protesta-pecuarista-familiar-sobre-mina-em-lavras-do-sul>, acesso em 24 nov. 2023.



**COMITÊ NACIONAL EM
DEFESA DOS TERRITÓRIOS
FRENTE À MINERAÇÃO**



**Observatório dos
Conflitos da Mineração
no Brasil**

